

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO**

MARIA EUGÊNIA MACIEL CAMPOS

**O *STATUS* JURÍDICO DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS PÓS CONSTITUIÇÃO
FEDERAL DE 1988**

**Florianópolis
2016**

MARIA EUGÊNIA MACIEL CAMPOS

**O *STATUS* JURÍDICO DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS PÓS CONSTITUIÇÃO
FEDERAL DE 1988**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso
de Graduação em Direito da Universidade
Federal de Santa Catarina, como requisito à
obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Professora Doutora Letícia Albuquerque

Florianópolis

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado "**O status jurídico dos animais não humanos pós Constituição Federal de 1988.**", elaborado pela acadêmica **Maria Eugênia Maciel Campos**, defendido em **29/06/2016** e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10,0 (dez), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

Florianópolis, 29 de junho de 2016.

Letícia Albuquerque
Professora Orientadora

Gabriela Franziska Schoch Santos Carvalho
Membro de Banca

Rafael Speck de Souza
Membro de Banca



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Jurídicas
COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E
ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA

Aluno(a): **Maria Eugênia Maciel Campos**

RG: **5.948-050**

CPF: **088.910.999-02**

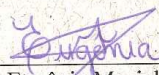
Matrícula: **11203051**

Título do TCC: **O status jurídico dos animais não humanos pós Constituição Federal de 1988.**

Orientador(a): **Letícia Albuquerque**

Eu, **Maria Eugênia Maciel Campos**, acima qualificada; venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido

Florianópolis, 29 de junho de 2016.



Maria Eugênia Maciel Campos

*Aos meus pais, Bárbara e Valdir, pela vida e pela
sensibilidade da criação;*

*À minha orientadora, Leticia Albuquerque, por me
apresentar ao universo dos Direitos Animais.*

Vida é vida - seja de um gato, cão ou homem. Não há diferença entre um gato e um homem nesse aspecto. A ideia de diferença é uma criação humana para o seu próprio proveito.

Sri Aurabindo

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo estudar o *status* jurídico dos animais não humanos pós Constituição Federal de 1988, responsável por elevar a vedação ao tratamento cruel à categoria de preceito fundamental. Utiliza-se o método de abordagem dedutivo, o procedimento monográfico e a técnica de pesquisa bibliográfica, documental e jurisprudencial. Apresenta-se inicialmente a evolução legislativa da proteção aos animais não humanos no ordenamento jurídico brasileiro até o advento da Carta Magna em vigor, bem como os reflexos infraconstitucionais do art. 225, § 1º, inciso VII. Na sequência, faz-se uma análise das bases teóricas que orientam o movimento animal, assim como das teorias desenvolvidas pela doutrina nacional no que se refere à condição dos animais não humanos como possíveis sujeitos de direitos. Por fim, realiza-se uma pesquisa jurisprudencial, com o objetivo de verificar a aplicabilidade prática das teorias apresentadas, bem como a construção de sentido pelos operadores do direito da expressão “crueldade”.

Palavras-chave: Direitos Animais. Animais não humanos. *Status* jurídico. Dignidade da vida. Crueldade.

ABSTRACT

This work it aims to present the study the legal status of not human animals after the Constitution of 1988, responsible for raising the seal to the cruel treatment to the category of fundamental precept. It is used the deductive method of approach, the monographic proceeding and the technique of bibliographical search, documentary inquiry and jurisprudencial. One presents initially the legislative evolution of protection to the animals not human in the brazilian legal planning up to the advent of the Charter in Force, as well as the reflexes infraconstitucional of the article 225, § 1st, clause VII. In sequence, it is an analysis of the theoretical basis guiding the animal movement, as well as the theories developed by the national teaching regarding the condition of not human animals as possible rights holders. Finally, there will be a jurisprudencial research, in order to verify the practical applicability of the presented theories, as well as the construction of meaning by the jurists of the expression "cruelty".

Keywords: Animal Rights. Not human animals. Legal status. Dignity of life. Cruelty.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 A EVOLUÇÃO CONSTITUCIONAL DA PROTEÇÃO AOS ANIMAIS NÃO HUMANOS NO BRASIL.....	12
2.1 O contexto da crise e o surgimento de uma nova consciência ecológica.....	12
2.2 Breve panorama histórico sobre a proteção do meio ambiente no Brasil.....	13
2.3 Constituição Federal de 1988.....	17
2.4 Direitos Animais: reflexos infraconstitucionais.....	21
2.4.1 Lei Arouca.....	21
2.4.2 Código Civil de 2002.....	26
2.4.3 Projeto de Lei n. 351/2015.....	29
3 OS ANIMAIS NÃO HUMANOS COMO SUJEITOS DE DIREITOS À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	32
3.1 Libertação Animal.....	32
3.2 Abolicionismo Animal.....	35
3.3 A extensão do princípio da dignidade aos animais não humanos.....	39
3.4 Os animais não humanos como entes despersonalizados e o acesso ao judiciário.....	44
3.5 Educação ambiental: uma proposta.....	49
4 A CONSTRUÇÃO JURISPRUDENCIAL DO CONCEITO DE CRUELDADE.....	53
4.1 Caso “Suíça”.....	53
4.2 Farra do Boi.....	57
4.3 Brigas de Galo.....	64
4.4 Uso de animais no ensino e na pesquisa.....	69
5 CONCLUSÃO.....	77
REFERÊNCIAS.....	81

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história as relações entre animais humanos e não humanos se revelam contraditórias. Enquanto alguns animais são tratados como verdadeiros membros da família, outros são explorados de forma cruel nos abatedouros, na indústria de experimentação animal e até mesmo nas universidades. Como a legislação nada mais é do que o reflexo da sociedade, da sua forma de pensar e de agir, as normas existentes acerca do assunto no ordenamento jurídico brasileiro também são contraditórias, na medida em que fundamentadas em diferentes paradigmas éticos.

O paradigma antropocêntrico, ainda vigente nos dias atuais, é responsável pela perpetuação de uma visão de mundo mecanicista, incapaz de solucionar as problemáticas atuais transfronteiriças e intergeracionais, a exemplo do reconhecimento dos Direitos Animais, que encontra ampla resistência na comunidade jurídica, principalmente em virtude da desconstrução do homem como centro absoluto do ordenamento.

Por ser insuficiente e inadequado para regulamentar as relações entre o homem e a natureza, referido paradigma sofre inúmeras críticas dos defensores do movimento animal, que buscam a ruptura do *status quo* vigente.

A Constituição Federal de 1988 é considerada a primeira carta constitucional efetivamente verde, na medida em que positiva o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado de forma detalhada e em capítulo próprio. O art. 225, § 1º, inciso VII, de forma pioneira elevou a vedação de práticas cruéis contra os animais não humanos à categoria de preceito fundamental, possibilitando questionamentos mais profundos acerca do *status* jurídico conferido a estes seres no direito brasileiro.

Para muitos doutrinadores a Carta Magna em vigor considera os animais não humanos a partir de sua individualidade e valor intrínseco, o que não se coaduna com o Código Civil de 2002, que dispensa aos animais o mesmo tratamento jurídico conferido às coisas, de valor meramente instrumental. Com o objetivo de solucionar referida problemática foi proposto pelo Senador Antonio Anastasia o Projeto de Lei n. 351/2015, ainda em tramitação.

No campo teórico, a obra *Libertação Animal*, do filósofo neoutilitarista Peter Singer, consiste em verdadeiro marco, uma vez que além de denunciar os abusos institucionalizados reproduzidos ao longo do tempo, elabora uma teoria da justiça destinada aos animais não humanos, consubstanciada na igual consideração de interesses semelhantes, sendo a senciência a característica vital necessária para o ingresso dos indivíduos na comunidade moral.

Para além da obrigação humana de evitar o sofrimento desnecessário dos seres submetidos aos seus atos, o abolicionista Tom Regan defende a titularidade de direitos pelos animais não humanos considerados “sujeito-de-uma-vida”, isto é, capazes de orientar a própria existência.

A partir dos referenciais teóricos acima mencionados, a doutrina brasileira busca a construção de uma tutela jurídica adequada aos animais não humanos, seja através da extensão do princípio da dignidade para além do animal humano, quanto do seu reconhecimento como sujeitos de direitos, cujo acesso ao judiciário é possibilitado através dos institutos da substituição e da representação processual.

O *status* jurídico dos animais não humanos no direito brasileiro é controverso. Diversas questões envolvendo o art. 225, § 1º, inciso VII da Constituição Federal de 1988 já foram submetidas à apreciação do judiciário, responsável por conferir concretude aos conceitos jurídicos indeterminados utilizados pelo legislador.

Sendo assim, com o objetivo de investigar o tratamento jurídico dispensado aos animais não humanos no ordenamento brasileiro, far-se-á um apanhado histórico da legislação destinada à proteção ambiental e, mais especificamente, à proteção da fauna, culminando na Constituição Federal de 1988, verdadeiro divisor de águas para os Direitos Animais. No mesmo capítulo, verificar-se-á os principais reflexos infraconstitucionais do preceito constitucional previsto no art. 225, § 1º, inciso VII.

Na sequência, realizar-se-á uma análise das principais teorias desenvolvidas pela doutrina nacional, quais sejam a extensão do princípio da dignidade aos animais não humanos e a abordagem dos animais não humanos como sujeitos de direitos, integrantes da categoria dos entes jurídicos despersonalizados e, nesse sentido, aptos a titularizarem relações jurídicas através dos institutos da substituição e da representação processual, destacar-se-á, ainda, o papel da educação ambiental na formação de operadores do direito aptos a lidar com a complexidade.

Por fim, far-se-á uma análise jurisprudencial com a finalidade de verificar a aplicabilidade prática das teorias acima expostas. Dentre as decisões existentes acerca do assunto selecionar-se-á aquelas consideradas paradigmáticas, ensejadoras de uma análise mais profunda do caminho trilhado pelos tribunais no que se refere à relação entre animais humanos e não humanos.

O método de abordagem será o dedutivo, o procedimento monográfico e a técnica de pesquisa bibliográfica, documental e jurisprudencial.

2 A EVOLUÇÃO CONSTITUCIONAL DA PROTEÇÃO AOS ANIMAIS NÃO HUMANOS NO BRASIL

2.1 O contexto da crise e o surgimento de uma nova consciência ecológica

Em meados do século XX ocorre o despertar de um movimento ambientalista moderno, sendo indiscutível a marca da ameaça econômica nesse processo: com a exploração excessiva dos recursos naturais e a consequente possibilidade de extinção de boa parte deles, a vertente econômica da comunidade passou a se preocupar com o futuro do planeta. (MEDEIROS; ALBUQUERQUE, 2013, p. 136-137)

No mesmo sentido, José Afonso da Silva (2009, p. 33) afirma que a crescente intensidade dos desastres ecológicos, consubstanciados na destruição ou alteração adversa dos elementos que compõem o meio ambiente natural, culminou no despertar de uma consciência ecológica e na consequente proteção jurídica do meio ambiente.

Devido a necessidade de estabelecer um equilíbrio entre desenvolvimento e proteção, objetivando garantir a qualidade de vida das presentes e futuras gerações, nasce a noção de Estado Socioambiental e Democrático de Direito norteado pelo direito fundamental à vida e à manutenção das bases que a sustentam, isto é, um ambiente equilibrado e saudável, capaz de concretizar a dignidade humana ou, em uma visão mais ampla, a dignidade da vida. (MEDEIROS; ALBUQUERQUE, 2013, p. 138-139)

A construção de referido Estado é encarada como uma utopia realista, conforme Leite e Ayala, por ser evidente que os recursos naturais são finitos e incompatíveis com a produção de capital e consumo existentes.

Essa utopia, da construção de um Estado Socioambiental, está cada vez mais próxima de tornar-se uma realidade. Há de se remodelar a estrutura do Estado, em face da necessidade de se reconfigurar a forma de desenvolvimento socioeconômico, a fim de incluir e fazer integrar o bem ambiental, efetivamente, como elemento indissociável desse novo modelo estatal. Um Estado Socioambiental e Democrático de Direito é decorrente da unidade de sua Constituição, assim como qualquer Estado Democrático de Direito. Contudo, esse Estado em especial é um Estado Ambiental e, portanto, calcado em princípios ambientais. (MEDEIROS; ALBUQUERQUE, 2013, p. 139)

Existe, portanto, de acordo com Medeiros e Albuquerque (2013, p. 140), uma crise paradigmática, resultante da alteração do estado de consciência ecológica, especialmente no que se refere ao vínculo entre o homem e a natureza.

Medeiros (2013, p. 42-43) destaca o papel da ciência jurídica em meio à referida crise, uma vez que a complexidade da sociedade moderna exige a regulamentação de novas situações, assim como o reconhecimento de novos bens e posições jurídicas.

Laerte Fernando Levai (1998, p. 17) ressalta a existência de uma contradição no que se refere à tutela jurídica do meio ambiente, especialmente dos animais não humanos, na medida em que a necessidade de leis escritas para proteção dos chamados seres irracionais, decorre das atrocidades cometidas por seres ditos racionais.

O direito é uma criação do homem, tradicionalmente destinada ao homem, o que não é obstáculo para a ampliação do círculo de consideração moral e consequente proteção jurídica de seres sencientes que possuem, em decorrência do princípio básico da igual consideração de interesses semelhantes, o direito mínimo de não serem submetidos a tratamento cruel.

Sendo assim, os animais humanos, enquanto seres racionais capazes de assumir deveres na ordem jurídica, devem atribuir direitos aos animais não humanos, enquanto seres que apesar de “irracionais”, no sentido usualmente atribuído a palavra, são igualmente sujeitos a experiências de dor e prazer, o que requer conscientização e sensibilidade dos operadores do direito.

2.2 Breve panorama histórico sobre a proteção do meio ambiente no Brasil

No Brasil, a exemplo de outros países, a legislação ambiental foi se aprimorando em conformidade com os anseios sociais, sendo impossível ignorar o contexto histórico como fonte material.

Existe um pouco de cada um e de todos na totalidade dos momentos de uma sociedade, essencialmente quando se refere à legislação e mais enfaticamente a legislação ambiental, uma vez que os ordenamentos legais dizem como certos posicionamentos se instituíram como hegemônicos em determinados momentos da história da humanidade, mesmo sem serem homogêneos, do ponto de vista da sociedade como um todo. (MEDEIROS; ALBUQUERQUE, 2013, p. 144)

No mesmo sentido, Leite (2015, p. 392) afirma que “uma norma nada mais é do que o reflexo dos padrões éticos de sua época ou dos padrões que se pretende alcançar”, havendo certa evolução legislativa, no que se refere à proteção do meio ambiente e dos animais não humanos, embora possam ser verificados retrocessos.

No Brasil Colônia a natureza era considerada um bem *per accidens*, isto é, propriedade privada, sujeita à gerência e à discricionariedade de seus proprietários. A primeira lei de proteção à flora brasileira, de acordo com muitos doutrinadores, foi o Regimento do Pau Brasil, datado de 1605, que exigia autorização real para o corte da árvore, objetivando a manutenção do poder nas mãos da coroa portuguesa e não a preservação da espécie em si. (FERREIRA, 2014, p. 32)

Sendo assim, é possível afirmar que as primeiras legislações protetivas foram editadas em decorrência de razões eminentemente antropocêntricas, relacionadas ao extrativismo e ao comércio. (FERREIRA, 2014, p. 32-33)

De acordo com Medeiros e Albuquerque (2013, p. 146) na Constituição de 1824 não havia qualquer menção ao meio ambiente ou, até mesmo, à fauna e à flora, o que encontra justificativa histórica, já que a preocupação ambiental não era corrente em todos os povos, além de faltar ao Brasil a consolidação de uma identidade própria. No mesmo sentido, Ferreira (2014, p. 34) afirma que apesar da exploração de matérias-primas ser essencial à economia, a Carta Magna de 1824 foi omissa no que se refere ao meio ambiente, não estabelecendo qualquer política de sustentabilidade dos recursos naturais.

No que se refere aos animais não humanos, o Código de Posturas em São Paulo de 1886 estabeleceu, de forma pioneira, no art. 220, a proibição de todo cocheiro, condutor de carroça ou pipa d'água, bem como os ferradores de maltratar os animais com castigos bárbaros e imoderados, sob pena de multa. (FERREIRA, 2014, p. 35)

A Constituição Republicana de 1891 não demonstrava uma preocupação ambiental propriamente dita, mas sim de gestão econômica dos chamados elementos da natureza, mais especificamente das minas e do solo, garantindo a União a competência exclusiva para tratar do assunto, assim como parte do resultado da exploração. (MEDEIROS; ALBUQUERQUE, 2013, p. 146)

Para Ferreira (2014, p. 35) a Constituição de 1891 foi omissa no que se refere ao meio ambiente, tratando da questão em apenas um dispositivo legal, o art. 34, n. 29, que se reporta à competência do Congresso Nacional para legislar sobre terras e minas de propriedade da União.

O Decreto n. 16.590/24 é a primeira lei nacional de proteção aos animais não humanos, visando a proibir as diversões públicas fundadas no sofrimento. Referido Decreto vedava, em seu art. 5º, a concessão de licenças para corridas de touros, garraios, novilhos, brigas de galo e canários. (FERREIRA, 2014, p. 37)

A Constituição de 1934, por sua vez, ampliou o leque de competências da União no que diz respeito aos bens ambientais, além das minas e solos também tratou das águas, florestas, caça e pesca. Um aspecto inovador foi a possibilidade de leis estaduais suprirem eventuais lacunas ou deficiências da legislação federal, além disso foi pioneira na proteção das belezas naturais e monumentos de valor histórico, como forma de perpetuação da cultura. Referida Carta representou um grande avanço da proteção ambiental ao considerar como bens de

domínio público os lagos, as correntes, as ilhas e as margens de rio. (MEDEIROS; ALBUQUERQUE, 2013, p. 146-147)

Por certo, à época da feitura da Carta Fundamental de 1934 a preocupação atinente aos bens ambientais pendia muito mais para o quesito econômico do que propriamente para o ambiente *per si*. De qualquer forma, evidencia um olhar que se volta ao uso coletivo e à cultura, preocupando-se com direitos da população. (MEDEIROS; ALBUQUERQUE, 2013, p. 147)

O Decreto n. 24.645/34, uma das mais célebres leis de proteção aos animais não humanos, parcialmente em vigor nos dias atuais, estabelece no art. 1º que todos os animais existentes no país são tutelados pelo Estado e define, no art. 3º, as hipóteses de maus-tratos contra os animais. Conforme Ferreira (2014, p. 38) a partir de referido decreto é possível conferir aos animais não humanos o *status* jurídico de sujeitos de direitos, tendo em vista a possibilidade de atuação do Ministério Público na qualidade de substituto processual.

Para Leite (2015, p. 393) o Decreto Federal n. 24.645/34, com força de lei ordinária, foi o primeiro marco legal de proteção aos animais não humanos em sua integralidade, sendo pioneiro na adoção de uma visão não antropocêntrica acerca do assunto.

As Cartas Constitucionais seguintes de 1937 e de 1946 mantiveram a preocupação em disciplinar as questões de competência legislativa e determinar o domínio dos recursos naturais. No entanto, cabível destacar que a Lei Fundamental de 1946, em seu art. 147, condicionou o uso da propriedade ao bem-estar social. (FERREIRA, 2014, p. 41)

A Lei de Contravenções Penais, Decreto Lei n. 3.688/41, inovou ao criminalizar, no art. 64, a submissão dos animais a tratamento cruel ou trabalho excessivo. De acordo com o § 1º do referido artigo incorrem nas mesmas penas quem, ainda que para fins didáticos ou científicos, realizar experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, em local público ou exposto ao público. O § 2º, por sua vez, traz uma causa de aumento de pena aplicada na hipótese do animal ser submetido a trabalho excessivo ou tratado com crueldade em exibição ou espetáculo público. (FERREIRA, 2014, p. 40)

Na década de 1960 são promulgados importantes diplomas legais com maior ênfase ao controle da degradação ambiental, tais como o Estatuto da Terra (Lei n. 4.504/64), o Código Florestal (Lei n. 4.771/65), o Código da Pesca (Decreto Lei n. 221/67) e o Código da Mineração (Decreto Lei n. 227/67).

De acordo com Medeiros e Albuquerque (2013, p. 148) a Constituição de 1967, talvez por influência do período histórico vivenciado, trouxe um alargamento no que se refere aos bens pertencentes à União.

A Lei de Proteção à Fauna, Lei n. 5.197/67, responsável por revogar o antigo Código de Caça Brasileiro, modificou, ainda em seu artigo inaugural, o *status* jurídico dos animais silvestres no Brasil, que passaram a ser considerados propriedade do Estado. Referido instrumento legal repudiou diversas práticas contrárias ao bem-estar animal, como a caça profissional e o comércio de espécies. Além disso, regulamentou a caça amadorística e com fins científicos, prescreveu crimes contra animais e elencou medidas educativas, a exemplo do art. 35 que vedou a adoção de textos contrários a proteção da fauna em livros escolares. (FERREIRA, 2014, p. 41-42)

Leite (2015, p. 393-394) destaca que a Lei n. 5.197/67 “trouxe em seu texto uma série de permissivos contrários ao disposto nos decretos anteriormente promulgados”, a exemplo do art. 6º, *a*, responsável por estimular a criação de clubes e sociedades amadorísticas de caça e tiro ao voo pelo Poder Público. Sendo assim, apesar de proibir a utilização, perseguição, caça e apanha da fauna silvestre, excepcionou práticas contrárias à proteção dos animais não humanos.

Um marco histórico de extrema relevância para o movimento animal é a Declaração Universal dos Direitos Animais, datada de 1978, segundo a qual todos os animais são iguais diante da vida e tem o mesmo direito à existência. (FERREIRA, 2014, p. 43)

Merece destaque, ainda, a Lei n. 6.938/81, que instituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Referido diploma legal estabeleceu em seu art. 2º a Política Nacional do Meio Ambiente, cujo objetivo é a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida. (FERREIRA, 2014, p. 44)

Cumprе ressaltar, por fim, a Lei n. 7.347/85, referente à Ação Civil Pública, na medida em que instituiu mecanismos importantes para atuação do Ministério Público em favor do meio ambiente e, conseqüentemente, dos animais não humanos. (LEITE, 2015, p. 394)

Nesse sentido, para Medeiros e Albuquerque é possível discordar, em certa medida, do posicionamento de José Afonso da Silva de que as Constituições anteriores a 1988 nada traziam acerca da questão ambiental. De fato, antes de 1988 o Brasil nunca tinha visto uma Carta de Direitos efetivamente verde, porém houve um avanço gradativo da proteção constitucional ao ambiente. As autoras (2013, p. 149) concluem:

É notório assegurar, portanto, que a Constituição Federal de 1988 foi a primeira a proteger de forma deliberada a questão do ambiente. Contudo, tal fato não descarta uma abordagem, mesmo que discreta e progressiva, de uma orientação protecionista das Constituições brasileiras anteriores, nem que fosse somente ligada ao fato da repartição da competência legislativa e administrativa entre os membros da Federação, circunstância que possibilitou a elaboração de legislação protetiva do

ambiente como foi o caso do Código Florestal, do Código de Água e de Pesca, dentre outros.

2.3 Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 consiste em verdadeiro divisor de águas para o Direito Ambiental, na medida em que prevê no art. 225, *caput*, que todos possuem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. O meio ambiente passou a ser regulado em capítulo próprio e com avançado tratamento jurídico. (FERREIRA, 2014, p. 44-45)

Para Medeiros e Albuquerque (2013, p. 150) a opção do constituinte em incluir o meio ambiente como um bem jurídico tutelado delimitou a existência de uma nova dimensão do direito fundamental à vida e do princípio da dignidade da pessoa humana.

Do fenômeno de “ecologização” da Carta Magna surgem duas espécies de benefícios: os substanciais e os formais. Os benefícios substanciais implicam em um dever constitucional de não degradar, base do regime de exploração limitado e condicionado dos recursos naturais, da função social da propriedade, da proteção ambiental como direito fundamental, da legitimação constitucional da função estatal reguladora, da redução da discricionariedade administrativa e da ampliação da participação popular. (FERREIRA, 2014, p. 45)

Já os benefícios formais estão relacionados à implementação de normas de tutela jurídica-ecológica, tais como a segurança normativa, a substituição do paradigma da legalidade ambiental, o controle de constitucionalidade da lei e o reforço exegético pró-ambiente das normas infraconstitucionais. (FERREIRA, 2014, p. 45)

Questão sempre suscitada é se a Constituição Federal de 1988 possui um caráter antropocêntrico. Ferreira (2014, p. 46-47) destaca a existência de três cosmovisões no que se refere à relação homem e natureza: o antropocentrismo, pautado no homem como centro do universo, o ecocentrismo, segundo o qual o meio ambiente está no centro e o biocentrismo, que confere a mesma importância ao meio ambiente e ao homem, sendo que a atual Constituição brasileira possui, a um só tempo, padrões antropocêntricos, biocêntricos e até ecocêntricos.

Para Machado o uso do pronome “todos” cria um direito subjetivo oponível *erga omnes* que assiste a todo gênero humano. Dessa forma, em um primeiro momento, parece inquestionável que referido artigo é antropocêntrico, isto é, feito pelo homem e para servir ao

homem. No entanto, Machado afirma que os incisos I, II, III e VII do § 1º e os §§ 4º e 5º¹ tornam o capítulo referente ao meio ambiente mais próximo do biocentrismo. (MEDEIROS; ALBUQUERQUE, 2013, p. 151)

De acordo com Ferreira (2014, p. 45-46), a pessoa humana é a principal destinatária do direito ambiental, fato que enfatiza a visão antropocêntrica do texto constitucional. Referida concepção também está estampada na Política Nacional do Meio Ambiente e expressa no Princípio 1º da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, adotada na Conferência ECO 92, de acordo com o qual os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. No entanto, afirmar que todos possuem direito à vida saudável implica no reconhecimento de que sem os animais não humanos e os demais componentes da natureza não há desenvolvimento sustentável.

Campos Filho sustenta existir uma interligação entre os seres humanos e os outros seres vivos, sendo necessário interpretar de forma extensiva a expressão “todos” prevista no art. 225, caput, da Lei Magna, no sentido de compreender a vida em todas as suas formas. Referido autor destaca, ainda, que a Constituição Federal de 1988 superou as anteriores na medida em que concedeu à natureza, sobretudo aos animais não humanos, um valor em si, de maneira que passaram a ser receptores diretos de direitos e não apenas por via reflexa. (FERREIRA, 2014)

Antônio Herman Benjamin, por sua vez, defende que a Carta Magna de 1988 adotou o antropocentrismo mitigado, uma vez que apresenta tanto aspectos antropocêntricos quanto biocêntricos. (FERREIRA, 2014, p. 46)

Para Leite (2015, p. 392) cumpre ressaltar que “[...] se está diante mais de paradigmas éticos do que propriamente de estágios em sequência temporal”, sendo assim é possível

¹ Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; [...] VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. [...] § 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. § 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

observar tendências não antropocêntricas e antropocêntricas em um mesmo período histórico, bem como em um mesmo diploma legislativo.

Gabriela Schoch Carvalho (2016, p. 730) afirma que as normas relativas à tutela jurídica dos animais não humanos apresentam tanto características antropocêntricas, quanto patocêntricas e biocêntricas, isto é, ora protegem os animais em decorrência de sua utilidade ao homem, ora objetivam evitar a dor, o sofrimento e o medo desnecessários e ora consideram a dignidade, a integridade e o *telos* do animal tutelado. Para a autora (2016, p. 731):

A tutela biocêntrica amplia o âmbito da tutela dos animais: ela não se baseia mais exclusivamente na avaliação (sempre subjetiva) do bem-estar animal, mas exige um respeito geral a sua integridade física e psíquica, mesmo quando a interferência do ser humano ou a instrumentalização do animal não seja dolorosa.

É possível afirmar, ainda, que o direito ao meio ambiente é complexo, na medida em que abrange as dimensões de prestação e de defesa dos direitos fundamentais. Nesse sentido, o *caput* do art. 225 exige, para a sua concretização, a omissão no que se refere à destruição ou à afetação, assim como a promoção de ações que visem a saúde e o equilíbrio ambiental. (MEDEIROS; ALBUQUERQUE, 2013, p. 152-153)

A proteção ao meio ambiente é, ao mesmo tempo, um direito e um dever alicerçado em princípios de solidariedade intergeracional. Medeiros e Albuquerque (2013, p. 154) salientam:

Dessa feita, em que pese a leitura primeira e antropocêntrica que pode ser feita do *caput* do artigo 225 da Constituição Federal de 88, cumpre destacar o conjunto que alberga um ideal biocêntrico, pois somente através da preservação da vida que se alcançará o equilíbrio proposto pelo legislador.

Medeiros e Albuquerque (2013, p. 155) afirmam que a Carta Constitucional de 1988 criou um sistema de proteção ambiental bastante abrangente e atual, a natureza passou a ser encarada como uma realidade frágil, sistêmica e ameaçada pelos animais humanos, sendo que as transformações trazidas por referido documento legislativo ocorrem em três dimensões, quais sejam ética, biológica e econômica.

De acordo com Ferreira (2014, p. 47) é notória a arrancada ambientalista da Constituição Federal de 1988 ao conferir à natureza um valor em si. Sendo assim, a partir desta ordem jurídica constitucional os animais não humanos são receptores diretos de direitos, decorrentes da vedação de práticas que coloquem em risco a função ecológica da fauna ou da flora, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade, prevista no inciso VII, do § 1º, do art. 225.

Cabível salientar que embora existam posicionamentos diversos na doutrina, no que se refere a abrangência da proteção constitucional, o art. 225, § 1º, inciso VII não possibilita uma interpretação restritiva, apta a excluir os animais domésticos, domesticados, exóticos ou migratórios. Nesse sentido é a jurisprudência consolidada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento dos casos relativos a farra do boi e a briga de galo. (CARVALHO, 2016, p. 721-722)

Para Silva (2009a) a Carta Magna de 1988, em evidente ruptura com o paradigma antropocêntrico vigente, estabeleceu uma dimensão ecológica da dignidade humana, princípio universal capaz de assegurar aos animais não humanos direitos fundamentais, tanto de caráter defensivo quanto prestacional, sendo exemplo o direito mínimo de não serem submetidos à crueldade.

No mesmo sentido, Medeiros e Albuquerque (2013, p. 156) ressaltam que o ordenamento jurídico brasileiro, de forma pioneira, posicionou os animais não humanos como beneficiários do sistema constitucional. A proteção animal no âmbito constitucional delimitou uma nova dimensão do direito fundamental à vida e à dignidade. A proteção dos animais não humanos contra práticas de crueldade culmina no reconhecimento do direito de terem respeitado seu valor intrínseco, integridade e liberdade.

Ferreira (2014, p. 48-49) afirma que é impossível admitir, ao menos no plano do dever-ser, qualquer tipo de exploração institucionalizada dos animais não humanos sem violar o art. 225, § 1º, inciso VII da Carta Magna de 1988.

Nesse sentido, Silva (2009a, p. 11142) destaca a proibição do retrocesso ambiental como forma de coibir a exploração reproduzida ao longo do tempo e garantir dignidade ao animal não humano, com a consequente proteção do chamado mínimo existencial. O objetivo de proibir o retrocesso é, em última análise, incorporar o que não pode ser suprimido ao patrimônio jurídico dos animais não humanos.

Desta forma, o legislador não pode simplesmente eliminar as normas (legais) concretizadoras dos direitos dos animais, pois isto equivaleria a subtrair às normas constitucionais a sua eficácia jurídica, já que o cumprimento de um comando constitucional acaba por converter-se em uma proibição em destruir a situação instaurada pela Constituição. Nisso consiste a regra do não retorno da concretização ou não retrocesso, fundada também no princípio da confiança inerente ao Estado de Direito.

Carvalho (2006, p. 727) destaca que na legislação brasileira coexistem normas que protegem os animais não humanos enquanto recursos naturais, devido sua utilidade para o homem e para o meio ambiente, com o objetivo de assegurar a preservação das espécies, da

biodiversidade e dos ecossistemas e normas que protegem estes seres enquanto indivíduos, com direito à vida e ao bem-estar, amparadas em diferentes conceitos éticos.

“Historicamente as normas de direito ambiental que tutelam os animais como ‘recursos vivos’ e as normas de proteção às espécies raras e ameaçadas de extinção precedem as normas de proteção aos animais” (CARVALHO, 2016, p. 727), sendo que com o advento da Carta Magna de 1988 os animais não humanos passaram a ser considerados em sua individualidade e valor intrínseco, o que configura nítida evolução legislativa.

2.4 Direitos Animais: reflexos infraconstitucionais

2.4.1 Lei Arouca

A Lei n. 11.794/08, também conhecida como Lei Arouca, é responsável por regulamentar o art. 225, § 1º, inciso VII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, estabelecendo procedimentos para uso de animais não humanos na pesquisa e na experimentação científica.

Nas relações de interação entre animais humanos e não humanos o campo em que o especismo pode ser mais claramente observado é o da experimentação animal. Acerca das práticas de vivisseção, Singer (2013, p. 138) conclui que:

A exploração de animais de laboratório é parte do problema mais amplo do especismo, e é improvável que seja eliminada de todo até que o próprio especismo o seja. Um dia, porém, os filhos dos nossos filhos, ao lerem sobre o que era feito nos laboratórios do século XX, terão a mesma sensação de horror e incredulidade perante o que pessoas, tão civilizadas em outras áreas, puderam fazer, como o que sentimos quando lemos sobre as atrocidades cometidas nas arenas pelos gladiadores romanos ou no comércio de escravos do século XVIII.

Paula Brügger (2008, p. 145) define vivisseção como “a realização de operações ou estudos em animais não-humanos vivos para observação de determinados fenômenos” e destaca que os argumentos opostos à prática são de ordem ética, consubstanciados na ausência do direito humano de dispor da vida de seres sencientes, igualmente sujeitos ao sofrimento e ao prazer, bem como de ordem científica, relacionados a ausência de confiabilidade resultante dos experimentos com animais não humanos.

No que se refere aos argumentos de ordem científica, diversos autores, a partir de uma perspectiva prática, afirmam que o uso de animais não humanos retarda o progresso da ciência, tendo em vista que o conhecimento resultante de pesquisas, responsáveis pelo sacrifício da

integridade física de milhares de animais, muitas vezes sequer pode ser utilizado para a compreensão de doenças humanas. (BRÜGGER, 2008, p. 147-148)

Cabe ressaltar, ainda, que a utilização de diferentes espécies em diferentes projetos pode sustentar qualquer teoria, exemplo é a pesquisa referente ao cigarro: ambas as conclusões, de que o tabaco é cancerígeno e de que não causa prejuízo ao organismo humano, apesar de diametralmente opostas, foram baseadas no modelo animal de experimentação. (BRÜGGER, 2008, p. 149)

Para Brügger (2008, p. 153-154), a visão de ciência que justifica a vivissecção animal é “mecanicista, analítica e, portanto, reducionista”. O paradigma vigente encontra fundamento na metáfora cartesiana do mundo como uma grande máquina, porém os corpos humanos não são formados por engrenagens que podem ser estudadas independentemente do todo. Sendo assim, uma pesquisa pautada em bases falsas ou limitadas, gera resultados igualmente falsos ou limitados.

O papel da educação ambiental, conforme tópico 3.5, é fundamental para a desconstrução do atual modelo de ciência. Brügger (2008, p. 166) destaca, no que se refere à experimentação animal, o papel do currículo oculto, na medida em que a utilização dos animais não humanos como ferramentas para o ensino ou pesquisa ocasiona um processo de insensibilidade nos estudante e profissionais.

O ensino das ciências da vida baseado em “modelos animais” reproduz diversos traços marcantes de nossa cultura “não ambiental”, pois legitima a visão dos animais não-humanos como meras ferramentas, recursos para nos servir. Isso desenvolve um processo de insensibilidade nos estudantes com relação à vida, pois ressalta o valor instrumental, em detrimento do valor intrínseco dos outros animais.

A reprodução da experimentação animal significa, em última análise, a reprodução do especismo e da crença na superioridade do homem sobre as outras formas de vida. Nesse sentido, Brügger (2008, p. 167) conclui que “não é possível confundir disponibilidade de animais para sacrifício com qualidade de ensino e ignorar as alternativas existentes, o que, inclusive é previsto como crime”.

A atual legislação sobre vivissecção animal, em comparação com a anterior, apresenta diversos pontos controversos. Enquanto a Lei n. 6.638/79 permitia a prática de experimentação somente em estabelecimentos de ensino superior, a Lei n. 11.794/08 é mais permissiva, estendendo a possibilidade de utilização de animais não humanos em estabelecimentos de educação profissional técnica de nível médio da área biomédica. (TINOCO, p. 10)

Medeiros e Albuquerque (2014, p. 334), também destacam o nítido retrocesso ambiental², contido no inciso II, do § 1º, do art. 1º da Lei n. 11.794/08.

Para Tinoco (p. 10) se o intuito do legislador foi aplicar os 3Rs - *replacement, reduction* e *refinement*³ - ao permitir a experimentação em estabelecimentos de nível médio, o resultado foi oposto.

Outra falácia da Lei Arouca é a diminuição do sofrimento das cobaias, na medida em que não estimula a utilização de métodos substitutivos ao uso de animais. O assunto é tratado em um único dispositivo, art. 5º, inciso III, cujo objetivo é controlar a introdução dos referidos métodos na ciência, nos seguintes termos “compete ao CONCEA [...] monitorar e avaliar a introdução de técnicas alternativas que substituam a utilização de animais em ensino e pesquisa”. (TINOCO, p. 10)

Para Medeiros e Albuquerque (2014, p. 334-335) a Lei n. 11.794/08 também representa um retrocesso em comparação à legislação vigente na medida em que não veda a utilização de animais para fins didáticos ou científicos na hipótese de existirem métodos substitutivos.

A experimentação animal, enquanto prática culturalmente arraigada, é regulada pelo direito desde a Lei de Contravenções Penais, Decreto Lei n. 3.688/41, que, em seu art. 64, passou a punir, com prisão simples ou multa aquele que realizasse, ainda que para fins didáticos ou científicos, experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, em local público ou exposto ao público.

No mesmo sentido, a Lei de Crimes Ambientais, Lei n. 9.605/98, mais especificamente em seu art. 32, § 1º prevê como conduta equiparada ao *caput*, isto é, à prática de abuso ou maus

² O Ministro Antônio Herman Benjamin (2012, p. 59-62) ressalta três aspectos do princípio da proibição do retrocesso ambiental em matéria legislativa. De acordo com o jurista seria um contrassenso admitir a possibilidade de recuo legislativo, tendo em vista que para muitas espécies e ecossistemas o sinal vermelho do mínimo existencial ecológico já foi acionado, além disso existe a necessidade de preservação do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado das futuras gerações, destituídas de presença física ou voz nos debates, por fim independe de grandes dotações orçamentárias, tendo em vista que sua aplicação exige mais abstenções do que ações, sendo assim, além de não acrescentar custos economiza futuras despesas.

³ A teoria dos 3Rs foi desenvolvida por William Russel e Rex Bursch, propondo, em primeiro lugar, a substituição do uso de animais por outras formas de vida menos desenvolvidas ou por simulações (*replace*), não sendo possível a substituição, a redução do número de animais para o desenvolvimento do trabalho científico (*reduce*) e, por fim, a utilização de técnicas para minimizar a dor, o desespero e o desconforto dos animais (*refine*). (SANTANA, 2006, p. 159-160). A partir da teoria apresentada é possível identificar ao menos três definições de recursos alternativos: substituição da experimentação animal por outras técnicas (*replace*), redução do uso de animais (*reduce*) ou redução da quantidade de dor e sofrimento a que são submetidos (*refine*). Entretanto, apesar do impacto da teoria dos 3Rs, para muitos defensores do movimento animal ela apenas legitima a exploração. Nesse sentido, Santana (2006, p. 160), a partir de uma perspectiva abolicionista, propõe a teoria de um R, referente à substituição.

tratos contra animais, a realização, ainda que para fins didáticos ou científicos, de experiência dolorosa ou cruel⁴ em animal vivo, na hipótese de existirem recursos alternativos.

Para Santana (2006, p. 162) a partir da Lei n. 9.605/98 a vivissecção passou a ser uma conduta típica, salvo quando inexisterem quaisquer métodos alternativos, sendo esta uma causa de exclusão de antijuridicidade.

O núcleo do tipo é a realização de experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, abrangendo não apenas a dor física, mas também a angústia. Apesar de ser recorrente a afirmação de que animais não são seres sensíveis, a neuroanatomia já demonstrou que a dor é comum a todos os vertebrados, inexistindo comprovação científica de que os homens sofram mais do que os animais. (SANTANA, 2006, p. 158)

O tipo contém, ainda, um elemento normativo importante, qual seja "recursos alternativos", cuja definição gera controvérsias no campo jurídico. Parte dos operadores do direito entendem que os recursos alternativos são aqueles de natureza anestésica, sendo assim, qualquer experiência com finalidade didática ou científica seria atípica na hipótese de o animal estar devidamente anestesiado, já de acordo com outra parcela somente são recursos alternativos aqueles que substituem o uso de animais por outras técnicas científicas. (SANTANA, 2006, p. 159-161)

De acordo com Santana (2006, p. 161) a primeira posição está equivocada, na medida em que apenas reproduz valores consolidados na comunidade científica tradicional. O procedimento anestésico está previsto desde a Lei n. 6.638/79 "e o retorno àquela posição se constituiria num retrocesso que não se coaduna com a nova ordem constitucional do país".

Nesse sentido, a Lei Arouca representa um atraso, no que se refere à proteção dos animais não humanos, pois demasiadamente branda no que se refere a repetição de práticas vivisseccionistas:

[...] em apenas um dispositivo assinala na linha da legislação vigente quando, no § 3º do art. 14, dispõe que: "sempre que possível, as práticas de ensino deverão ser fotografadas, filmadas ou gravadas, de forma a permitir sua reprodução para ilustração de práticas futuras, evitando-se a repetição desnecessária de procedimentos didáticos com animais. Portanto, uma lei na contramão da história, caracterizando o que se

⁴ Santana (2006, p. 156) destaca que a crueldade ainda é um conceito subjetivo, de maneira que grande parte dos juristas considera a coletividade, e não o animal em si, o sujeito passivo de referido delito. No entanto, "a palavra crueldade nos remete à questão da sensibilidade, isto é, à integridade psicofísica de um ser, pois somente aqueles que sofrem podem ser os sujeitos passivos de práticas cruéis", sendo assim, não faz sentido afirmar que a mencionada vedação visa proteger exclusivamente os sentimentos comuns de piedade da coletividade.

definiu como o princípio da proibição do retrocesso ou da retrogradação socioambiental. (MEDEIROS; ALBUQUERQUE, 2014, p. 335)

O Projeto de Lei n. 1.691/03 também dispunha acerca do uso de animais para fins científicos e didáticos, sendo apensado ao Projeto de Lei que culminou na Lei Arouca. Segundo Tinoco (p. 10-11) um aspecto relevante do referido projeto, não recepcionado pela legislação aprovada, dizia respeito a objeção de consciência às práticas de vivisseção, instrumento de extrema relevância aos estudantes que não desejam participar das práticas de experimentação animal, inclusive com respaldo na comunidade jurídica, existindo decisões judiciais favoráveis nesse sentido.

Referido projeto previa, ainda, que somente animais mortos em decorrência de causas naturais ou realmente necessitados da intervenção cirúrgica a ser demonstrada poderiam ser utilizados para fins didáticos. Por fim, o Projeto de Lei n. 1.691/03 também impossibilitava a utilização dos testes de Draize e de DL 50, o que não foi contemplado pela lei atualmente em vigor.

Além das deficiências e contradições supramencionadas, a Lei n. 11.794/08 falha ao utilizar termos vagos e imprecisos. Exemplo é o § 1º, do art. 14 que exige a prática de eutanásia sempre que tecnicamente recomendado ou quando o procedimento acarretar em intenso sofrimento ao animal. No entanto, não há na legislação qualquer definição do que seria “intenso sofrimento”, o que dificulta sua efetiva aplicação. (MEDEIROS; ALBUQUERQUE, 2014, p. 334)

Tinoco (p. 11) alerta para o fato de que medidas bem-estaristas, como a aplicação do princípio dos 3Rs, melhoria das condições de higiene e “conforto” em biotérios, morte “humanitária” das cobaias, dentre outras, não conduzem à abolição da experimentação. Ao contrário, a crença de que referidas medidas estão sendo realizadas em benefício dos animais de laboratório, aliada ao discurso de que a ciência necessita da vivisseção para progredir, culmina na ampla aceitação desta prática extremamente cruel.

A Lei Arouca, em um primeiro olhar, não atende ao proposto pela Constituição Federal de 1988, ao vedar a crueldade contra os animais, apenas reforçando o *status quo* de exploração animal.

A Lei Arouca nasce com a bandeira de proteção dos animais, nasce com a tarefa de regular a pesquisa com animais não-humanos no Brasil a partir da Constituição. Contudo, em uma análise *prima facie*, essa proteção não acontece. Observa-se a criação de mais biotérios, de mais centros de pesquisa, de CEUAs não capacitados, de representações não democráticas e de controle do poder a partir do controle do saber

científico. A partir de um primeiro olhar, destaca-se a falácia e não a efetiva proteção. (MEDEIROS; ALBUQUERQUE, 2014, p. 338)

Uma lei que garante a exploração institucionalizada dos animais não humanos, por detrás de uma máscara bem-estarista, apenas reproduz o paradigma antropocêntrico vigente e afirma a instrumentalização dos animais, enquanto meros recursos para os fins humanos. Sendo assim, a Lei Arouca é não apenas insuficiente e inadequada para regulamentar o inciso VII, do § 1º, do art. 225 da Constituição Federal, mas uma contradição em seus próprios termos, afinal como é possível uma lei vivisseccionista atingir ao propósito de vedação da crueldade contra os animais não humanos?

Cabe ressaltar, por fim, a existência do Projeto de Lei n. 6.602/2013, de autoria do deputado Ricardo Izar, aprovado na Câmara dos Deputados com alterações e atualmente em tramitação no Senado Federal. Referido projeto visa alterar dispositivos da Lei Arouca, “no intuito de proibir a utilização de animais em atividades de pesquisa, ensino e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar o valor da multa em caso de violação”. (LEITE, 2015, p. 399)

Conforme exposto por Leite (2015, p. 399), uma das justificativas do projeto “é a normativa europeia a respeito do assunto e suas implicações comerciais para o Brasil”, uma vez que através da Diretiva 2003/15/CE a União Europeia proibiu a realização de testes em animais não humanos para produtos cosméticos comercializados em seu território, o que foi considerado um grande avanço pelos defensores do movimento animal.

Na justificação do Projeto de Lei n. 6.602/2013 o deputado afirmou, ao citar uma pesquisa realizada pelo IBOPE no ano de 2013, que “eliminar o sofrimento dos animais na produção de cosméticos, além de um desejo da população, é também muito lucrativo economicamente”. Sendo assim, apesar de impulsionado por razões eminentemente comerciais, mencionado projeto, se aprovado, acarretará em maiores investimentos da indústria brasileira no desenvolvimento de métodos substitutivos ao uso de animais não humanos, podendo configurar verdadeiro incentivo à desconstrução do paradigma científico vigente.

2.4.2 Código Civil de 2002

Edna Cardozo Dias (2000, p. 46) destaca a distinção entre fauna doméstica, domesticada, silvestre nativa e silvestre exótica, relevante na medida em que o ordenamento jurídico brasileiro reserva tratamentos distintos para os animais domésticos e silvestres. Santana

(2006, p. 149) destaca que “enquanto os animais silvestres são considerados um bem de uso comum para o Estado, os animais domésticos e domesticados são considerados propriedade privada para o Direito Civil”.

O Código Civil de 1916, refletindo uma ideologia burguesa eminentemente agrária, tratou detalhadamente da propriedade. Os recursos naturais, ainda abundantes, não foram regulamentados a partir de uma perspectiva ambiental propriamente dita, existindo dispositivos legais esparsos na seção específica do direito de vizinhança e do uso nocivo da propriedade. (FERREIRA, 2014, p. 35-36)

Para Santana (2006, p. 147) o revogado códex adotou a concepção romanista, considerando os animais domésticos bens móveis semoventes e os animais silvestres *res nullius*, isto é, coisas de ninguém, apropriáveis mediante a caça ou a pesca, incluídas no antigo diploma civilista entre os modos de aquisição da propriedade, conforme disposto no art. 593⁵.

No mesmo sentido, Dias (2000, p. 46) afirma que de acordo com o Código Civil de 1916, os animais domésticos eram denominados semoventes e classificados como bens móveis, suscetíveis de movimento próprio ou passíveis de remoção por força alheia.

Em 1967 a Lei de Proteção à Fauna, revogou o antigo Código de Caça e alterou o *status* jurídico dos animais silvestres, que passaram a ser propriedade do Estado. No mesmo ano, o Código de Pesca foi modificado pelo Decreto Lei n. 221/67, considerando os animais presentes em águas dominicais parte do patrimônio público e atribuindo ao Estado competência para regular a pesca profissional com fins comerciais, desportivos ou científicos. (SANTANA, 2006, p. 148-149)

O Código Civil de 2002 dispõe, nos mesmos termos do art. 47 do revogado códex, que bens móveis são aqueles suscetíveis de movimento próprio, sendo que além dos animais humanos apenas os animais não humanos possuem referida característica, ou de remoção por força alheia. Sendo assim, o direito civil ainda considera e regula as relações envolvendo animais a partir da ótica da propriedade privada, o que é reforçado pela possibilidade de penhor mercantil dos animais utilizados na indústria, previsto no art. 1.447 do Código Civil, bem como

⁵ Art. 593. São coisas sem dono e sujeitas à apropriação: I - os animais bravios, enquanto entregues à sua natural liberdade; II - os mansos e domesticados que não forem assinalados, se tiverem perdido o hábito de voltar ao lugar onde costumam recolher-se, salvo a hipótese do art. 596 [...]; Art. 596. Não se reputam animais de caça os domésticos que fugirem a seus donos, enquanto estes lhes andarem à procura.

a partir do tratamento dispensado às crias no usufruto, disposto no art. 1.397 do mesmo diploma legal. (SANTANA, 2006, p. 152)

Da mesma forma, Carvalho (2016, p. 721) destaca que os animais não humanos, a luz do art. 82 do Código Civil em vigor, são considerados coisas, bens semoventes e, nesse sentido, objetos e não sujeitos de direitos.

No entanto, para Santana (2006, p. 149-150) a Constituição Federal de 1988 modificou o *status* jurídico dos animais não humanos ao considerar o meio ambiente bem de uso comum do povo, entendido como “aquele que pertence a todos os membros da coletividade em igualdade de condições, independentemente do consentimento expresso e individualizado por parte da administração pública”.

Para Santana (2006, p. 150) enquanto bem de uso comum do povo o meio ambiente é inalienável, não podendo constituir propriedade privada. Logo, o *status* jurídico de coisa atribuído pelo Código Civil de 2002 é incompatível com a definição constitucional.

Carvalho (2016, p. 721) destaca que sob a ótica do direito ambiental, a fauna é considerada um bem difuso administrado pelo Estado, sendo assim os animais integrantes da fauna não se submetem ao regime civilista, isto é, não são suscetíveis de apropriação ou sujeitos ao domínio de um proprietário.

Santana (2006, p. 152) afirma, ainda, que a Carta Magna de 1988, em seu art. 225, § 1º, inciso VII, reconhece os animais não humanos como seres dotados de sensibilidade, sendo dever do poder público e de toda a coletividade respeitar o seu direito mínimo de não serem submetidos a tratamento cruel.

Importante ressaltar, nesse aspecto, o princípio da supremacia da Constituição, responsável pela perda de validade das normas infraconstitucionais incompatíveis com a nova ordem constitucional. (SANTANA, 2006, p. 153)

Para Carvalho (2016, p. 722-723) o constituinte reconheceu “a necessidade de proteger o animal contra a interferência do homem”, sendo incumbência do legislador infraconstitucional, dos doutrinadores e aplicadores do direito atribuir sentido aos conceitos jurídicos vagos e indeterminados, tais como “fauna”, “animais”, “crueldade” e “maus-tratos”, conferindo concretude à tutela constitucional. Para a autora (2016, p. 724):

As normas constitucionais, sua interpretação e concretização espelham os valores básicos da sociedade. Como a relação do homem com os animais é complexa e contraditória, não é surpreendente que as normas jurídicas também o sejam.

O legislador originário, a partir da norma insculpida no art. 225, §1º, inciso VII, reconheceu a existência de valor intrínseco aos animais não humanos, que passaram a ser destinatários diretos de direitos, decorrentes da vedação constitucional ao tratamento cruel. Sendo assim, não é possível conferir o *status* jurídico de coisas a estes seres sem ferir o comando constitucional, uma vez que apenas sujeitos de direitos possuem a aptidão genérica de contrair direitos e deveres na ordem jurídica brasileira.

2.4.3 Projeto de Lei n. 351/2015

Em junho de 2015 foi recebido pelo Senado Federal e encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei n. 351/2015 de autoria do Senador Antonio Anastasia, que visa emendar a redação dos artigos 82 e 83 da Lei 10.406/02, com a finalidade de alterar o tratamento jurídico dispensado aos animais não humanos pelo diploma civilista.

Com a aprovação do mencionado projeto de lei, seriam acrescidos parágrafo único ao art. 82⁶ e inciso VI ao art. 83⁷ do Código Civil de 2002.

Na justificativa do projeto o Senador esclarece a existência de apenas dois regimes para regulamentar as relações jurídicas civis, quais sejam o de bens e o de pessoas, sendo deficiente no que se refere ao tratamento dispensado aos animais não humanos.

Seguindo o entendimento do civilista Orlando Gomes, de que existe distinção entre coisa e bem, sendo a coisa relacionada ao aspecto material e o bem relacionado tanto ao aspecto material, quanto ao imaterial, o projeto em questão pretende esclarecer que os animais não humanos não são coisas, apesar de também não serem pessoas naturais, sendo regidos pelo regime jurídico dos bens, caso não haja disposição em contrário em legislação específica.

Para o Senador “partimos da premissa que no Brasil, juridicamente, ‘bem’ está ligado à ideia de direitos sem, necessariamente, caráter econômico, ao passo que ‘coisa’ está diretamente ligada à ideia de utilidade patrimonial”.

⁶ Art. 82. São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social. Parágrafo único. Os animais não serão considerados coisas.

⁷ Art. 83. Consideram-se móveis para os efeitos legais: I - as energias que tenham valor econômico; II - os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes; III - os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações; IV - os animais, salvo o disposto em lei especial.

Consta, ainda, na justificativa do Projeto de Lei n. 351/2015 o avanço legislativo de alguns países europeus, tais como Suíça, Alemanha, Áustria e França, no que se refere ao tratamento jurídico dispensado aos animais não humanos.

A Constituição Suíça, em 1992, reconheceu a existência de uma “dignidade da criatura” (art. 120, antigo art. 24). De acordo com Sarlet e Fensterseifer (2008, p. 188) Peter Saladin foi o idealizador da reforma constitucional, ao sustentar um novo perfil para o tratamento da questão ambiental, pautado em três princípios éticos, quais sejam da solidariedade, do respeito humano pelo ambiente não humano e da responsabilidade com as futuras gerações, relacionados, portanto, à justiça interespecies e intergeracional.

No que se refere à Constituição Alemã, a introdução, em 1994, da expressão “bases naturais da vida” no art. 20a possibilitou o distanciamento do antropocentrismo puro. Em decorrência da pressão exercida por seguimentos da sociedade, especialmente defensores do movimento animal, foi inclusa, em 2002, a expressão “e os animais”, de maneira que a proteção destes seres passou a ser um objetivo do Estado. (SARLET; FENSTERSEIFER, 2008, p. 188)

Cumprе ressaltar que o projeto não reconhece os animais como seres sencientes, conforme alteração legislativa efetuada no Código Civil Francês em janeiro de 2015, mas apenas afirma que os animais não humanos não possuem o mesmo significado para o direito do que um objeto inanimado, de valor meramente econômico e instrumental.

De acordo com o Senador, “não obstante a proposta que ora submetemos não se alinhe com a legislação francesa, consideramos que a medida é um grande passo para uma mudança de paradigma jurídico com relação aos animais, mesmo os tratando como bens”.

A Comissão de Constituição e Justiça apesar de apontar vícios quanto à técnica legislativa, no mérito manifestou-se pela aprovação do Projeto de Lei n. 351/2015, tendo em vista que possui amparo constitucional, estando em conformidade com a legislação nacional que rege o tema dos “direitos dos animais”, bem como resulta em aperfeiçoamento da legislação civil vigente.

Apesar das boas intenções relacionadas ao Projeto de Lei n. 351/2015, na prática não há qualquer alteração no tratamento dispensado aos animais não humanos, uma vez que as discussões acerca da possibilidade de serem titulares diretos de direitos, bem como de ingressarem em juízo, através de substitutos ou representantes processuais, com a finalidade de garantirem seus interesses previstos em lei não serão solucionadas.

Analisando a doutrina e a jurisprudência brasileiras acerca do tema é possível afirmar que os animais não humanos são sujeitos de direitos a partir de uma perspectiva constitucional, na medida em que o art. 225, § 1º, inciso VII, confere a estes seres o direito mínimo de não serem submetido à tratamento cruel, bem como amplia o conceito tradicional de dignidade.

O tratamento jurídico dispensado aos animais não humanos no Código Civil de 2002, para muitos autores ambientalistas e animalistas é, inclusive, inconstitucional. Sendo assim, o projeto, caso aprovado, apesar de caracterizar certo avanço, capaz de iniciar uma mudança no paradigma vigente, não parece ser adequado frente ao entendimento adotado pela norma constitucional, pedra angular de todo o ordenamento jurídico.

Cabível o questionamento: se a Constituição Federal de 1988, enquanto norma fundamental e diretriz interpretativa das demais normas infraconstitucionais, enseja questionamentos mais profundos acerca do *status* jurídico conferido aos animais não humanos no ordenamento pátrio, não seria mais condizente com os debates e anseios sociais emendar o diploma civilista a fim de reconhecer os animais não humanos como seres dotados de sensibilidade?

3 OS ANIMAIS NÃO HUMANOS COMO SUJEITOS DE DIREITOS À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

3.1 Libertação Animal

Antes de analisar as teorias desenvolvidas pela doutrina nacional, no que se refere ao *status* jurídico dos animais não humanos pós Constituição Federal de 1988, faz-se necessário apresentar as bases teóricas responsáveis por orientar o movimento pelo Direito Animal.

Heron José de Santana (2006, p. 70) afirma que o movimento bem-estarista animal se limitava a pregar um “agir humanitário”, evitando o emprego de “sofrimentos desnecessários”. Somente a partir da década de setenta surgiram movimentos visando à proteção dos interesses dos animais não humanos, cabendo destaque a publicação da obra “Libertação Animal”, de Peter Singer, que além de denunciar os abusos institucionalizados, elaborou uma teoria da justiça destinada a estes seres.

De acordo com Singer, as divergências entre animais humanos e não humanos, a exemplo do ocorrido em outros movimentos de libertação, podem resultar na concessão de diferentes direitos, mas não podem constituir obstáculo à ampliação do princípio básico da igualdade.

A extensão do princípio básico da igualdade de um grupo para outro não implica que devemos tratá-los da mesma maneira, ou que devemos conceder-lhes os mesmos direitos. O que devemos ou não fazer depende da natureza dos membros desses grupos. O princípio básico da igualdade não requer *tratamento* igual ou idêntico, mas sim igual consideração. Igual consideração por seres diferentes pode levar a tratamentos e direitos distintos. (SINGER, 2010, p. 5)

A partir dos ensinamentos de Bentham, Singer defende a igual consideração de interesses de todos os seres, sejam eles brancos ou negros, masculinos ou femininos, humanos ou não humanos e condena práticas como o racismo, o sexismo e o “especismo”, entendido como “o preconceito ou a atitude tendenciosa de alguém a favor dos interesses de membros da própria espécie, contra o das outras”. (SINGER, 2010, p. 11)

Muitos filósofos definiram o princípio da igual consideração de interesses como o princípio moral básico, porém poucos reconheceram a possibilidade de aplicá-lo aos animais não humanos. Jeremy Bentham, em uma passagem dos seus escritos, ao refletir sobre a “linha intransponível”, chegou à seguinte conclusão “a questão não é ‘Eles são capazes de raciocinar?’, nem ‘São capazes de falar?’, mas sim ‘Eles são capazes de sofrer?’”. (BENTHAM *apud* SINGER, 2010, p. 12)

Para Santana (2006, p. 71) “o utilitarismo foi uma tentativa de abandono do legado racionalista moderno” que definia o raciocínio, a autonomia ou a capacidade linguística como características vitais necessárias para o ingresso dos indivíduos na comunidade moral.

O cálculo utilitarista do custo/benefício de uma ação consiste, para Bentham, em identificar o valor de cada prazer ou dor, para, então, somá-los. Apenas quando o balanço geral for favorável ao prazer o ato deve ser considerado de interesse do indivíduo. Em se tratando de uma comunidade, a operação deve ser repetida com cada um dos envolvidos, para, após, ser realizado o balanço geral dos interesses. (SANTANA, 2006, p. 71)

Singer parte do *utilitarismo de ação*, segundo o qual o valor de uma ação deve ser definido pelas suas consequências, independentemente da obediência ou não de uma regra geral (SANTANA, 2006, p. 72). A capacidade de sofrimento e de alegria é não somente pressuposto para a existência de qualquer interesse, mas suficiente para afirmar que todo ser senciente possui ao menos um interesse mínimo: o de não sofrer. (SINGER, 2010, p. 12-13)

Nesse sentido, o critério da senciência não deixa de admitir quaisquer interesses, ao contrário da racionalidade ou da linguagem, que se revelam arbitrários. No que se refere a estes últimos critérios Singer questiona: os seres humanos com graves deficiências mentais ou os recém-nascidos, dada a ausência de racionalidade ou linguagem, podem ser colocados do outro lado do abismo? (SINGER, 2002)

Santana, ao analisar práticas reproduzidas socialmente a partir do princípio da igual consideração de interesses semelhantes, afirma:

Assim, para o neo-utilitarismo de Singer, se os interesses dos animais sencientes forem levados em consideração em igualdade de condições com os interesses humanos, chegaremos à conclusão de que a experimentação animal e o consumo de carne, por exemplo, trazem mais malefícios que benefícios para a sociedade, uma vez que o sofrimento a eles infringido é tão grande que se sobrepõe a qualquer consequência benéfica produzida. (SANTANA, 2006, p. 72)

Grande parte dos seres humanos é especista, na medida em que sacrifica interesses relevantes de membros de outras espécies com a finalidade de satisfazer os interesses triviais de membros de sua própria espécie. No entanto, para reconhecer a prática do especismo é necessário desconstruir o argumento de que os animais não humanos não possuem interesses, por serem incapazes de sofrer. (SINGER, 2010, p. 15-16)

É possível inferir que os animais não humanos sentem dor através da observação de sinais comportamentais, além do fato de possuírem um sistema nervoso muito semelhante ao dos animais humanos, até mesmo por uma questão de evolução, uma vez que a capacidade de

sentir dor e, conseqüentemente, de evitar danos físicos, potencializa as possibilidades de sobrevivência. (SINGER, 2010, p. 17-21)

Outro argumento a ser refutado tem origem no fato de que os animais não podem se expressar com a mesma clareza que os humanos, sendo impossível atribuir consciência aos seres destituídos de linguagem ou provar que sentem dor, o que ocorre, justamente, através da fala. Entretanto, bebês e deficientes mentais também não se comunicam por meio da linguagem, seriam, por isso, desprovidos da capacidade de sofrimento? (SINGER, 2010, 22-24)

Para Singer (2010, p. 24), “não há boas razões, científicas ou filosóficas, para negar que os animais sentem dor”, ou para considerar a dor/prazer experimentada por estes seres, menos relevante do que a mesma dor/prazer experimentada pelos humanos.

No entanto, é possível afirmar que o filósofo neoutilitarista considera a morte de um animal não humano menos importante do que a morte de um animal humano. Sob o argumento de que diferentes capacidades mentais podem atribuir diferentes graus de importância moral a um ser, Singer sugere, ainda que de forma implícita, que determinados animais não humanos devem possuir valor moral mais elevado, devido a sua semelhança com o homem, enquanto outros podem ser tratados como coisa, desde que seja respeitado o seu interesse de não sofrer. (SANTANA, 2006, p. 76-77)

No mesmo sentido, Leite (2015, p. 387) afirma que a teoria da “libertação animal” se fundamenta na minimização do sofrimento, na medida em que visa regular a ação dos sujeitos morais com relação a seres submetidos aos seus atos. Dessa forma, diversos autores concluem que a ética proposta por Singer faz parte de uma corrente bem-estarista “já que não defende a conquista de direitos pelos animais não humanos, mas a obrigação humana de assegurar que os outros animais não sofram desnecessariamente”. (LEITE, 2015, p. 388)

De fato, o argumento da “libertação animal” centra-se na ideia de igualdade e não de direitos, sendo possível defender a causa sem discutir acerca da natureza essencial dos direitos ou da necessidade do sujeito de direito ser autônomo, membro de uma comunidade, ter capacidade de respeitar os direitos dos outros ou possuir senso de justiça, “se um ser sofre, não pode haver justificativa moral para deixar de levar em conta esse sofrimento. [...] Portanto, o limite da senciência [...] é a única fronteira defensável de preocupação com os interesses alheios”. (SINGER, 2010, p. 14)

Sônia T. Felipe ao discorrer acerca das críticas de Tom Regan a Peter Singer, afirma que para Regan, a defesa dos animais deve seguir a mesma lógica e os mesmos pressupostos

empregues na defesa dos direitos humanos. Para o filósofo abolicionista não é possível provar *a priori* que os humanos possuem direitos, de forma que os direitos humanos configuram a proteção moral e legal necessária para garantir que os indivíduos possam buscar os meios para a consecução de sua felicidade e bem-estar. Da mesma forma, não é possível provar que os animais possuem direitos, mas é necessário reconhecê-los para que eles possam viver de acordo com o valor inerente à sua individualidade. (FELIPE, 2003, p. 179-180)

Por não conferir direitos aos animais não humanos referida corrente encontra certa resistência entre os defensores dos Direitos Animais, em especial dos chamados abolicionistas, para os quais as teorias que visam a minimização do sofrimento apenas “[...] implicam no uso mais eficiente e lucrativo da exploração animal, pois legitimam o uso dos animais não humanos, buscando, tão somente, um uso mais eficiente”. (LEITE, 2015, p. 388-389)

Nesse contexto, existem controvérsias acerca da posição adotada por Singer. Enquanto para alguns autores o filósofo continua aliado à corrente do bem-estar animal, para outros, à exemplo de Gary Francione, reivindica uma proteção bem mais ampla que o mero tratamento humanitário. É certo que a Libertação Animal não é um movimento abolicionista, entretanto ultrapassa o bem estarismo, na medida em que propõe uma teoria da justiça para os animais não humanos.

Críticas à parte, o avanço do movimento animal a partir da teoria desenvolvida por Peter Singer, consubstanciada na igual consideração de interesses semelhantes, é indiscutível. É certo, ainda, que o filósofo neoutilitarista ao denunciar amplamente formas de tortura institucionalizada, ocorridas nas fazendas industriais e laboratórios científicos, fez surgir um amplo e necessário debate a nível internacional acerca do assunto.

3.2 Abolicionismo Animal

O abolicionismo animal propõe a abolição imediata da exploração animal, uma vez que os interesses básicos dos animais não humanos são mais relevantes do que qualquer consideração custo-benefício.

Para Regan (2006, p. 52) os direitos morais são comuns a todos os homens, independentemente de suas diferenças. Reivindicá-los não é pedir um favor ou esperar por uma atitude generosa, mas sim clamar por justiça, em nome próprio ou daqueles que não possuem poder ou conhecimento suficiente para tanto. De maneira que, no universo moral, nada supera o direito de ser tratado com respeito.

O autor questiona o que faz com que os animais humanos possuam direitos e rejeita o que chama de “respostas insatisfatórias”, quais sejam a espécie, o *status* de pessoa, a linguagem, a participação de uma comunidade moral e a religião. Para Regan os seres humanos possuem direitos pois são todos iguais em aspectos relevantes:

Não apenas estamos todos no mundo e, ainda, conscientes do que acontece conosco. Além do mais, o que nos acontece - seja aos nossos corpos, à nossa liberdade ou às nossas vidas - importa para nós porque faz diferença quanto à qualidade e à duração das nossas vidas, conforme experimentadas por nós, quer os outros se importem com isso, quer não. Quaisquer que sejam nossas diferenças, essas são nossas semelhanças fundamentais. (REGAN, 2006, p. 60)

Para Regan são “sujeitos-de-uma-vida” todos os que possuem este conjunto de semelhanças capazes de fundamentar a titularidade de direitos. Sendo assim, para definir se os animais não humanos possuem ou não direitos, necessário questionar se estes seres são “sujeitos de uma vida”:

[...] Entre os bilhões de animais não-humanos existentes, há animais conscientes do mundo e do que lhes acontece? Se sim, o que lhes acontece é importante para eles, quer alguém mais se preocupe com isso, quer não? Se há animais que atendem a esse requisito, eles são sujeitos-de-uma-vida. E se forem sujeitos-de-uma-vida, então tem direitos, exatamente como nós. (REGAN, 2006, p. 65-66)

Nesse sentido, Leite (2015, p. 389) destaca que para Regan “alguns animais não humanos devem ter direitos. Mas apenas aqueles ‘sujeitos-de-uma-vida’, isto é, sensíveis e autoconscientes, condições estas necessárias para que optem entre o melhor e o pior para viver”.

Portanto, alguns animais não humanos são “sujeito-de-uma-vida”, na medida em que possuem comportamentos semelhantes aos animais humanos, que permitem inferir as suas experiências. Possuem, ainda, estruturas anatômicas e sistemas nervosos semelhantes. Além disso, partilham a origem da vida, uma vez que a partir do evolucionismo e dos estudos de Charles Darwin não é possível compreender o homem separadamente das outras formas de vida. (REGAN, 2006, p. 68-70)

Todo “sujeito-de-uma-vida” possui direitos morais inatos que não podem ser submetidos à cálculos utilitaristas, caracterizados pela universalidade, igualdade, inalienabilidade e naturalidade, isto é, são comuns a todos, independentemente de suas características particulares, não podem ser transferidos e independem de atos ou decisões do direito positivo. (SANTANA, 2006, p. 81-82)

No entanto, ao definir quais animais não humanos podem ser considerados “sujeitos-de-uma-vida” Regan limita suas conclusões aos casos menos controversos, quais sejam mamíferos e aves. Francione (2013, p. 36-37) discorda fundamentalmente da linha traçada por Regan, uma

vez que apesar de alguns animais, e até mesmo humanos, não possuírem “capacidade de iniciar uma ação para tentar realizar seus desejos e objetivos” ou “uma identidade psicofísica ao longo do tempo”, enquanto seres sencientes possuem o interesse mínimo de não sofrer, independentemente de qualquer outra qualidade.

Para o filósofo abolicionista, em nítida contraposição ao bem-estarismo animal, “temos de esvaziar as jaulas, não deixá-las maiores” (REGAN, 2006, p. 75), sendo assim, a partir do momento em que tomamos consciência de que os animais não humanos são “sujeitos-de-uma-vida” e, portanto, possuem direitos morais, é nosso dever abolir toda a forma de exploração institucionalizada. “Enquanto os animais forem considerados propriedade humana ou do Estado, eles serão tratados como simples material de suprimento ou instrumentos de produção”. (SANTANA, 2006, p. 80)

Regan entende que o utilitarismo falha ao equiparar o princípio da igualdade ao princípio da utilidade, uma vez que ao buscar a redução da quantidade de sofrimento e a maximização da felicidade culmina, em última análise, na legitimidade da exploração animal, nas hipóteses em que a violação dos direitos naturais dos animais não humanos ocasione o benefício de um grande número de animais humanos. (SANTANA, 2006, p. 81)

De acordo com Leite (2015, p. 390) é possível concluir que o abolicionismo de Regan se contrapõe à libertação animal de Singer, na medida em que este defende uma mudança nas atitudes dos animais humanos com relação aos animais não humanos, enquanto aquele visa conferir direitos aos animais não humanos “sujeitos-de-uma-vida”. Sendo assim, na medida em que a teoria de Singer se limita ao âmbito moral, a teoria de Regan propõe a imposição de um limite externo à vontade do homem.

Para Francione (2013, p. 122-123), outro importante filósofo do abolicionismo animal, o *status* dos animais como propriedade impede qualquer reconhecimento significativo de seus interesses. O princípio do tratamento humanitário deveria buscar um equilíbrio entre os interesses dos humanos e dos animais, com a finalidade de definir se determinado tratamento ou uso é necessário, no entanto, os interesses em questão não são dos humanos e dos animais em condições de igualdade, mas sim dos proprietários e da propriedade. Sendo assim, as leis de cunho bem-estarista embora, em tese, proíbam o sofrimento desnecessário, não protegem significativamente os animais.

Existem cinco grandes razões para o fracasso da legislação bem-estarista, quais sejam as isenções específicas previstas nas leis anticrueldade, o entendimento dos tribunais no sentido

de que não há crueldade se a prática é culturalmente aceita, a dificuldade de comprovação do elemento subjetivo dos tipos penais, tendo em vista que raramente o único objetivo do homem ao infligir dor ao animal é torturá-lo, a presunção de que o homem cuida de sua propriedade com a finalidade de extrair dela o maior proveito possível, bem como o fato de a punição ser demasiadamente branda e raramente aplicada a algum infrator. (FRANCIONE, 2013, p. 124-139)

Francione (2013, p. 140) conclui que "um mesmo ato pode ser protegido ou proibido, dependendo apenas se esse ato é parte ou não das instituições aceitas de exploração animal". Práticas como atear fogo em um cachorro ou privá-lo de tratamento veterinário podem configurar crime, quando praticados sem qualquer propósito, ou merecer proteção legal, quando realizadas no contexto de experimentos científicos cujo objetivo é o benefício do homem. As leis de bem-estar animal, nesse sentido, ao regulamentarem a exploração animal, visam, em última análise, evitar que os recursos humanos sejam desperdiçados.

Dessa forma restam apenas duas opções acerca do *status* moral dos animais: continuar permitindo o sofrimento derivado do uso dos animais e assumir que eles são coisas/meios para a consecução dos fins humanos ou considerar que os animais possuem, de fato, o interesse moralmente significativo de não sofrer, fundamentado no princípio da igual consideração. (FRANCIONE, 2013, p. 159)

O princípio da igual consideração de interesses possui três características básicas: é formal, não orienta o tratamento sem quaisquer distinções e configura componente necessário de qualquer teoria moral. Sendo assim, o tratamento humanitário, enquanto teoria moral, deve incorporar o princípio da igual consideração de interesses semelhantes. Francione (2013, p. 164) afirma:

Em suma, o princípio do tratamento humanitário, que a maioria de nós já aceita, incorpora, lógica e historicamente, o princípio da igual consideração. Ele assume que os animais e os humanos podem não ser 'o mesmo' ou 'iguais' em todos os aspectos (assim como os humanos não o são), mas que são semelhantes ao menos em um aspecto: diferentemente das pedras, das plantas e de tudo mais no mundo, os animais e os humanos são sencientes e, portanto, têm interesses semelhantes em não sofrer.

No entanto, os interesses da propriedade nunca serão semelhantes aos interesses do proprietário. Francione (2013, p. 165-169) faz um paralelo entre a exploração animal e a escravidão. Na medida em que os escravos eram considerados propriedade de seus senhores, as leis protetivas não possuíam qualquer eficácia. Atualmente, há um consenso entre as nações de que a escravidão é inaceitável e viola frontalmente o direito do ser humano de não ser submetido

a sofrimento. Nesse contexto, não proibimos apenas a escravidão desumana, mas qualquer forma de escravidão.

Para Francione (2013, p. 172-173) o direito de não ser tratado como coisa é pré-requisito de qualquer outro direito, sendo assim aquele que não possui esse direito básico ou inato não pode ser considerado uma pessoa. Reconhecer o valor intrínseco é necessário para que os interesses possam ser moralmente significativos. Uma coisa só possui valor extrínseco, na medida em que seu proprietário a considerar valiosa, nesse sentido qualquer ato humanitário é considerado caridade do proprietário e não a expressão de um direito da propriedade. (FRANCIONE, 2013, p. 175-176)

Portanto, o objetivo do princípio do tratamento humanitário, de reconhecer os animais enquanto seres com interesse moralmente significativo de não sofrer, falhou em razão do *status* de propriedade dos animais. A aplicação efetiva do referido princípio pressupõe a compreensão de que os animais não são coisas. Se animais e humanos possuem interesses semelhantes, devem ser tratados de modo semelhante. Apesar das diferenças entre as espécies, animais e humanos possuem em comum o interesse de não sofrer. (FRANCIONE, 2013, p. 179)

A extensão do princípio da igual consideração aos animais os eleva a categoria de pessoas, em razão de possuírem interesses moralmente significativos, o que não implica em reconhecer que são iguais aos humanos ou que possuem exatamente os mesmos direitos. (FRANCIONE, 2013, p. 182)

Apesar de Regan e Francione divergirem com relação a quais animais possuem direitos, apenas aqueles que são “sujeitos-de-uma-vida” ou todos os seres sencientes, ambos defendem a abolição de qualquer forma de exploração animal, uma vez que somente por este caminho terão seus direitos morais ou interesses realmente levados em consideração.

3.3 A extensão do princípio da dignidade aos animais não humanos

Fernanda Luiza Fontoura de Medeiros (2013, p. 184), afirma a necessidade de posicionar os princípios e regras que sustentam a vida digna dos animais não humanos como parte de uma teoria normativa dos direitos fundamentais de base constitucionalista, objetivando superar a argumentação tradicional sobre o assunto, de cunho eminentemente antropocêntrico.

O sistema jurídico no Estado Democrático de Direito brasileiro é considerado um sistema normativo aberto de regras e princípios, na medida em que as expectativas referentes a

valores, programas, funções e pessoas se expressam através de normas jurídicas, consubstanciadas em regras e princípios com estrutura dialógica, o que permite a captação, por parte do Direito, das mudanças sociais. (MEDEIROS, 2013, p. 181-182)

As normas jurídicas não são os textos em si, mas o sentido construído a partir de sua interpretação. Segundo a autora, a (re)construção do texto normativo em norma jurídica depende do conteúdo e sentido atribuídos pelo intérprete, ao buscar o significado atual e vigente dos preceitos constitucionais, sendo sua função, no processo interpretativo, assegurar a efetividade social da norma. Nesse sentido, Kelsen foi pioneiro em conceber o texto normativo como uma moldura, dentro da qual coexistem variadas possibilidades de aplicação. (MEDEIROS, 2013, p. 182-183)

Sendo assim, o papel da interpretação na determinação do alcance de princípios e regras é fundamental, a exemplo do princípio da dignidade. Medeiros (2013, p. 188) questiona: “De que dignidade se está conjecturando? Que universo essa dignidade abarca? O que inclui e exclui? O que cabe no todo desta dignidade?”.

De acordo com a autora, o conceito de dignidade da pessoa humana de Ingo Sarlet é bastante ousado, na medida em que comporta um complexo de direitos e deveres fundamentais capazes de assegurar o indivíduo contra todo e qualquer ato degradante e de reconhecer sua participação corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres. (MEDEIROS, 2013, p. 188-189)

Nesse sentido, não é possível excluir a existência de uma dimensão ecológica ou socioambiental da dignidade humana. Para Sarlet e Fensterseifer (2008, p. 181):

Assim como outrora os direitos liberais e os direitos sociais formatavam o conteúdo da dignidade humana, hoje também os direitos de solidariedade, como é o caso especialmente da qualidade ambiental, passam a conformar o conteúdo da dignidade humana, ampliando o seu âmbito de proteção. Daí falar-se em uma nova dimensão ecológica para a dignidade humana, em vista especialmente dos novos desafios existenciais de índole ambiental a que está submetida a existência humana neste mundo “de riscos” contemporâneo.

O racionalismo de Descartes contribuiu, em conjunto com a moral judaico cristã e com a filosofia escolástica, para a exclusão dos animais não humanos do círculo de consideração moral humano. O filósofo francês foi responsável pelo auge da teoria do *animal machine*, segundo a qual os animais não humanos seriam autômatos ou máquinas destituídas de qualquer sentimento, incapazes de experimentar dor ou prazer e, portanto, sujeitos a toda e qualquer forma de exploração. (LEVAI; DARÓ, 2008, p. 44)

Para Kant o fundamento da dignidade humana repousa na autonomia do ser humano, em sua racionalidade, isto é, na faculdade de determinar a si mesmo o agir conforme certas leis, o que seria impossível nos seres irracionais, entendidos como coisas, de valor meramente relativo e instrumental. (MEDEIROS, 2013, p. 189-190)

Silva (2009a, p. 11130) afirma que a partir de Kant “apenas o homem teria o atributo da dignidade, valor absoluto de possuir vontade própria e autoconsciência com a capacidade de agir de maneira distinta de um mero espectador e de tomar decisões, perseguindo seus próprios interesses”. Atualmente diversos filósofos consideram o conceito kantiano demasiadamente antropocêntrico e buscam o reconhecimento do valor intrínseco de outros seres, sendo a dignidade atributo de todas as formas de vida. (SILVA, 2009a, p. 11131)

Sarlet e Fensterseifer (2008, p. 183) também destacam o excessivo antropocentrismo que informa o pensamento de Kant, bem como a tradição ocidental em geral. Para os autores a vedação ao tratamento como simples meio, em princípio, não deve se limitar apenas à vida humana, sendo assim questionam a possibilidade de reconhecimento de um fim em si mesmo inerente a outras formas de vida.

Hegel, segundo Weber, entende a dignidade como uma qualidade a ser conquistada, para o filósofo ninguém nasce digno, mas passa a ser através da ação individual e coletiva. Sendo assim, um sujeito de direito não condicionado à racionalidade pode estar abrangido pela concepção de dignidade. (MEDEIROS, 2013, p. 190)

Medeiros (2013, p. 192-193) propõe uma verdadeira ruptura paradigmática, no sentido de reconhecer a aplicação da dignidade da vida em defesa dos animais não humanos, a partir de uma perspectiva habermasiana.

[...] frente à controvérsia a respeito da titularidade de direitos pela parte dos animais, a saída da proteção pela dignidade da vida é uma alternativa que pode representar uma efetiva proteção dos animais, pois através dela acredita-se que se pode enfrentar toda a questão dos direitos dos animais.

Habermas reconhece o processo de individualização pessoal como processo social, o que permite afirmar que a dignidade humana somente encontra sentido nas relações interpessoais de reconhecimento recíproco. Para Habermas, portanto, só existe dignidade da pessoa humana após o nascimento, o que não significa que o embrião é desprovido de qualquer proteção. Daí decorre a distinção entre dignidade da vida e da pessoa humana, raciocínio que, de acordo com a autora, pode ser empregue em defesa dos animais não humanos. (MEDEIROS, 2013, p. 193-194)

No que diz respeito aos animais não humanos, Habermas propõe apenas a afirmação de obrigações morais por consideração. No entanto Medeiros (2013, p. 196) defende “a aplicação de uma obrigação muito mais forte, como a existência de um dever fundamental, e não apenas uma consideração por serem seres que sentem”.

Para Sarlet e Fensterseifer (2008, p. 191) a consagração do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o reconhecimento da qualidade de vida como elemento integrante da dignidade da pessoa humana, acarretam a necessidade de reformulação deste conceito, de acordo com os valores ecológicos emergentes.

Com base em tais considerações, os desenvolvimentos em torno da natureza relacional e comunicativa da dignidade da pessoa humana contribuem para a superação de uma concepção eminentemente especista (biológica) e, portanto, necessariamente reducionista e vulnerável [...]. A atribuição de “dignidade” a outras formas de vida ou à vida em termos gerais transporta a ideia de respeito e responsabilidade que deve pautar o comportamento do ser humano para com tais manifestações existenciais. Nesse contexto, para além de uma compreensão “especista” de dignidade [...] deve-se avançar nas construções morais e jurídicas no sentido de ampliar o espectro de incidência do valor dignidade para outras formas de vida e da vida em si.

Os questionamentos acerca do alcance do princípio da dignidade remetem à possibilidade de sua aplicação aos demais seres vivos, amparada por uma tendência contemporânea de proteção constitucional dos animais não humanos. No entanto, o reconhecimento dos Direitos Animais ainda é um desafio:

A proteção dos animais não humanos é um desafio para a ciência jurídica moderna, desafio esse que provoca um repensar acerca de conceitos postos e normas preestabelecidas pelo e no sistema vigente. A questão da proteção dos animais não humanos aborda aspectos cruciais que desafiam uma visão de mundo puramente antropocentrismo da norma jurídica, forçando a disposição para a quebra de paradigmas como, por exemplo, a diferença entre direitos e interesses jurídicos tuteláveis. (MEDEIROS, 2013, p. 201)

No mesmo sentido, Martha Nussbaum (2008, p. 87) afirma que “não há motivo evidente para que as noções de justiça básica, titularidade e Direito não possam ser estendidas sobre a barreira da espécie [...]”. A autora (2008, p. 98) propõe a construção de uma noção de justiça a partir do enfoque das capacidades, cuja intuição moral básica “[...] diz respeito à dignidade de uma forma de vida que possui tanto profundas necessidades quanto habilidades” e que não deve ser obstaculizada pela atuação prejudicial de outros seres.

A abordagem das capacidades visa assegurar direitos centrais considerados implícitos a uma vida digna. No que se refere aos animais não humanos, revela-se necessária a inclusão legislativa de compromissos positivos mais incisivos, em razão da potencial interferência humana a que estão sujeitos. (NUSSBAUM, 2008, p. 103)

Nussbaum (2008, p. 117-122) propõe uma lista básica com dez capacidades, apta a esboçar princípios políticos fundamentais, quais sejam: 1) vida – segundo a qual todos os animais sensíveis possuem o direito de dar continuidade à própria vida, ainda que referido interesse não seja consciente; 2) saúde corporal – implica no direito a uma vida saudável; 3) integridade corporal – consubstanciada na vedação de violências, abusos e outras práticas prejudiciais; 4) sentidos, imaginação e pensamento – objetiva assegurar aos animais não humanos fontes de prazer; 5) emoções – relacionada ao direito de estabelecer vínculos; 6) racionalidade prática – proteção da capacidade de estabelecer objetivos, projetos e planejar a vida, presente em alguns animais não humanos; 7) associação – ao mesmo tempo em que podem formar vínculos, os animais não humanos possuem o direito de viver em uma cultura pública que lhes ofereça tratamento digno; 8) outras espécies – referida capacidade visa a formação de um mundo interdependente, pautado na relação cooperativa entre as espécies; 9) participar de atividades lúdicas; 10) controle sobre o ambiente individual – abrange tanto o aspecto político, relativo ao tratamento respeitoso e justo, quanto o aspecto material, relacionado à manutenção do *habitat* natural.

Quanto a proposta desenvolvida por Nussbaum, Albuquerque (2016, p. 161) conclui:

A ideia de justiça ecológica inclui tanto a busca por justiça para os animais humanos como para os animais não humanos, de tal forma que o enfoque das capacidades pode auxiliar na construção de novos parâmetros de reconhecimento de dignidade e igualdade para todas as formas de vida, bem como para uma adequação dos parâmetros de relação entre nações pobres e ricas a níveis mais equânimes. Em geral o enfoque das capacidades sugere que cada nação deva incluir em sua constituição ou em outras declarações fundamentais de princípios uma cláusula que reconheça os animais como sujeitos de justiça política, e de um compromisso de que os animais serão tratados como detentores do direito à uma existência digna

A defesa de uma dignidade para além da vida do animal humano não é uma questão de compaixão, mas sim de ética e de direito. Para Medeiros (2013, p. 205) “é possível viver na diversidade reconhecendo dignidade no igual e no diferente”. Sendo assim, o que busca é a dignidade para além da vida humana, sem criar qualquer tipo de conflito com a dignidade da pessoa humana.

Medeiros (2013, p. 242-143) sustenta a existência, não só de uma dimensão objetiva, mas também subjetiva do direito fundamental de proteção dos animais não humanos e se utiliza do conceito de multifuncionalidade dos direitos fundamentais, desenvolvido por Alexy, para definir o seu conteúdo. Na dimensão de defesa (negativa) exige uma posição de respeito e abstenção por parte do Estado e dos particulares, já na dimensão prestacional (positiva) exige

uma postura ativa do Poder Público, a fim de alcançar a efetiva proteção dos bens jurídicos, evitando que sejam violados pelos particulares.

Alexy estabelece um sistema angular dos direitos fundamentais, pautado em uma relação trilateral entre o titular ativo do direito, que pode ser pessoa física ou jurídica, o destinatário/titular passivo, Estado ou particular e o objeto, entendido como uma ação positiva ou negativa do destinatário em relação ao titular ativo. Medeiros inova ao propor uma relação trilateral, na qual o titular ativo é o animal não humano e o destinatário é o Estado e/ou o animal humano. Sendo assim, sustenta que os animais não humanos são titulares de direitos fundamentais. (MEDEIROS, 2013, p. 244-245)

A autora (2013, p. 247-248) exemplifica os contornos da dimensão jurídica subjetiva da seguinte forma: os animais não humanos sencientes possuem o direito de não sofrerem maus tratos ou serem submetidos a tratamento cruel, bem como de terem protegida sua dignidade, possuem direito à vida, à saúde, à alimentação adequada, à proteção de seu *habitat* natural, sendo dever do Estado assegurar prestações mínimas, fiscalizando e legislando sobre o tema, possuem direito a um bom tratamento, mesmo na hipótese de fazerem parte de práticas de vivissecção, bem como possuem direito de exigir do Estado a criação de legislações protecionistas.

No que se refere as possíveis projeções de uma dimensão objetiva a autora destaca o dever fundamental de cada um e de toda a coletividade para com os animais não humanos e o acesso aos tribunais através do Ministério Público e da sociedade civil organizada. (MEDEIROS, 2013, p. 249)

Referida teoria, portanto, visa a efetiva proteção dos animais não humanos seja através da extensão do princípio da dignidade, superando a discussão acerca da titularidade de direitos pelos animais, quanto, de forma mais ampla, através do reconhecimento de uma dimensão subjetiva do direito fundamental de proteção aos animais não humanos.

3.4 Os animais não humanos como entes despersonalizados e o acesso ao judiciário

Para Heron José de Santana o ponto filosófico crucial, no que se refere ao movimento animal, consiste em saber se os animais não humanos possuem direitos que, decorrentes de sua própria natureza, estão acima do direito positivo. (SANTANA, 2006, p. 109)

O direito natural, apesar de ser rejeitado por muitos autores, sob o argumento de que seu conteúdo depende do momento histórico e da civilização observada, fundamenta as principais declarações de direitos do mundo moderno, dentre as quais se destacam a Declaração Universal dos Direitos dos Animais de 1978 e a Proclamação dos Direitos dos Animais de 1989, responsáveis por reivindicar o fim da exploração institucionalizada dos animais não humanos. (SANTANA, 2006, p. 110-113)

Embora as Declarações sejam recomendações aos Estados participantes, para Santana (2006, p. 114):

[...] elas constituem princípios e regras de *soft law*, que sendo dotadas de caráter indicativo podem influenciar a criação de futuras convenções internacionais e, até mesmo, a edição de normas constitucionais ou ordinárias, servindo, ainda, para deslegitimar as orientações que lhe sejam contrárias.

No entanto, muitos entendem ser desnecessário recorrer ao direito natural, uma vez que o constitucionalismo pós positivista aponta para um "direito de princípios", no qual os valores possuem grande relevância interpretativa, sendo certo que uma argumentação jurídica lentamente desenvolvida pela doutrina ou jurisprudência sempre encontra fundamento em uma argumentação moral anterior. (SANTANA, 2006, p. 114)

Além disso, como a lei não pode cobrir todas as hipóteses possíveis, frequentemente os juízes precisam apelar para as noções morais normativas que se encontram inseridas em princípios não previstos pelo legislador, mesmo porque o sistema jurídico contém um imenso jogo de valores que guiam, limitam e influenciam as decisões judiciais. (SANTANA, 2006, p. 115)

No que se refere ao âmbito interno, Santana destaca ser perceptível a transferência da discussão acerca dos Direitos Animais do campo da filosofia do direito para o campo da dogmática.

Apesar de ser uma definição complexa, se compreendermos o direito como a proteção jurídica contra um dano ou como a forma de reivindicar essa proteção, não resta dúvida que os animais não humanos são titulares de certos direitos subjetivos, na medida em que a Constituição Federal de 1988 conferiu o *status* de norma constitucional a vedação de práticas que submetam os animais à crueldade. (SANTANA, 2006, p. 116-117)

O movimento pelos direitos animais pretende expandir o rol dos sujeitos de direito para além dos animais humanos. A questão é: para que isso ocorra é necessário conferir personalidade jurídica aos animais não humanos? Tanto a partir de uma abordagem histórica, quanto a partir de uma análise dogmática do ordenamento jurídico é possível concluir que os conceitos de pessoa e homem nem sempre coincidiram:

Para o Direito, o conceito de pessoa nem sempre coincide com o conceito biológico de *Homo Sapiens*, nem com o conceito filosófico, que abrange os seres dotados de capacidade de raciocínio e consciência de si. Para o Direito pessoa é simplesmente um ente capaz de figurar em uma relação jurídica como titular de faculdades e/ou obrigações. (SANTANA, 2006, p. 123-124)

A pessoa jurídica é um exemplo de adequação do direito aos fatos, através de um processo de personificação, entendido como a construção técnica desenvolvida com a finalidade de outorgar a outros grupos direitos até então exclusivos dos seres humanos. Nesse sentido, para que um ente tenha personalidade jurídica basta que uma norma lhe outorgue este *status*. (SANTANA, 2006, p. 124-125)

Para uma melhor compreensão do assunto, é preciso esclarecer que o conceito de sujeito de direito é mais amplo que o conceito de pessoa e personalidade jurídica, sendo possível conferir direitos subjetivos a entes destituídos de personalidade, a exemplo dos condomínios, fundações, massas falidas, heranças jacentes, entre outros. Nessas situações, para Cândido Dinamarco, o direito confere personalidade para fins exclusivamente processuais. (SANTANA, 2006, p. 132)

Para Santana, é possível admitir os animais não humanos em juízo na condição de entes jurídicos despersonalizados, sendo que para o autor “[...] a capacidade de ser parte em juízo é o mais importante poder que um ente jurídico possui” (SANTANA, 2006, p. 136). No mesmo sentido Daniel Braga Lourenço e Ana Conceição Barbuda Sanches Guimarães Ferreira, que destaca:

O reconhecimento dos animais como entes despersonalizados não humanos oportunizaria defesa processual adequada aos mesmos, que apesar de desprovidos de personalidade jurídica, poderiam se valer de instrumentos jurídicos para a garantia de um mínimo existencial. (FERREIRA, 2014, p. 103)

A vantagem de reconhecer os animais não humanos como entes despersonalizados está no fato de serem aptos para titularizar determinados direitos subjetivos fundamentais mesmo sem gozar do status de pessoa. (FERREIRA, 2014)

Para Santana (2006, p. 145) “um dos principais obstáculos aos direitos dos animais têm sido a recusa dos operadores jurídicos em considerá-los capazes de defenderem em juízo seus interesses tutelados por lei”. No mesmo sentido Tagore Trajano de Almeida Silva (2009b, p. 329):

De fato, por muito tempo os interesses dos animais não foram defendidos em juízo porque partíamos do raciocínio de que não havia uma pessoa legitimada para tanto. Consideravam-se os animais, como uma parte de toda a fauna brasileira, ou seja, todos eram prejudicados e por isso ninguém detinha legitimidade específica para representá-los.

Para Silva (2009b, p. 326-327), o direito constitucional de provocar o judiciário é garantido inclusive aos animais não humanos, no entanto é necessário haver um vínculo entre os sujeitos do processo e a situação jurídica controvertida, o que significa verificar a pertinência subjetiva da ação, isto é, se o sujeito está autorizado a conduzir o processo em juízo.

De acordo com Ferreira (2014, p. 117) a capacidade de ser parte, enquanto pressuposto processual subjetivo de existência, pode ser entendida como a aptidão conferida pelo ordenamento jurídico a alguém para adquirir direitos e contrair obrigações. Detêm capacidade de ser parte aqueles que possuem personalidade jurídica e alguns entes despersonalizados, por expressa previsão legal.

Já a capacidade processual, enquanto pressuposto processual subjetivo de validade, é a aptidão para estar só em juízo, independentemente de assistência ou representação e pressupõe a capacidade de ser parte. De acordo com Ferreira (2014, p. 121) os mecanismos da substituição e da representação processual permitiriam o acesso dos animais não humanos ao judiciário e, ensejariam, por consequência, uma efetiva proteção de seus direitos.

Na substituição processual ou legitimação extraordinária o substituto é parte do processo, agindo em nome próprio para defender interesse alheio. Já na representação processual o representado é parte, sendo que o representante defende em nome alheio interesse alheio, com a finalidade de suprir a incapacidade processual do representado. (SILVA, 2009b, p. 328-329)

O Ministério Público é um recorrente substituto processual, na medida em que pleiteia em nome próprio, direito alheio. O rol de hipóteses em que pode agir como legitimado extraordinário não é exaustivo, competindo ao *parquet* a defesa dos direitos difusos e coletivos em geral. (FERREIRA, 2014, p. 121-122)

No Brasil, desde Vargas, existem medidas que conferem ao Ministério Público e às Associações de Proteção Animal legitimidade para pleitear em juízo os direitos animais. O Decreto n. 24.645/34 em seu art. 2º, § 3º dispõe “os animais serão assistidos em juízo pelos representantes do Ministério Público, seus substitutos legais e pelos membros das sociedades protetoras de animais”. (SILVA, 2009b, p. 329)

Para Antônio Herman Benjamin o melhor exemplo de que os animais não humanos são sujeitos de direitos no ordenamento jurídico brasileiro encontra-se no Decreto n. 24.645/34, revogado, via decreto, pelo então presidente Fernando Collor de Mello. No entanto, para o eminente jurista, referido ato regulamentar continua em vigor, uma vez que possuía força de

lei, razão pela qual somente poderia ser revogado por lei aprovada pelo Congresso Nacional. (SILVA, 2009b, p. 330)

No que se refere ao instituto da representação processual David Frave estabelece determinados requisitos, quais sejam: o interesse defendido deve ser de fundamental importância ao animal não humano, a lesão deve ser resultado de uma ação ou omissão do acusado e o processo deve visar o benefício do representado, sendo que compete aos Tribunais discernir se, no caso concreto, o animal humano está apto a defender os interesses do animal não humano. (SILVA, 2009b, p. 335)

De acordo com Silva (2009b, p. 330-331) em se tratando de animal individualizado, a partir de uma análise do Decreto n. 24.645/34, "o sistema brasileiro busca adotar uma postura que leve o animal a juízo em nome próprio no âmbito civil, através de um representante legal, o guardião". Em se tratando de crimes ambientais, previstos na Lei n. 9.605/98, o Ministério Público deve agir como substituto processual, defendendo em nome próprio interesse indisponível, qual seja a vida do animal não humano.

Outro desafio enfrentado pelo Direito Animal é determinar quais animais estariam habilitados a serem sujeitos de direitos. A imposição de qualquer linha divisória pode ser interpretada como um novo limite especista, no entanto para Santana (2006, p. 176) "todo limite, porém, é arbitrário, sendo impossível um sistema sem limites definidos, de modo que todo e qualquer critério de justiça acaba por excluir determinados grupos de indivíduos".

Santana afirma que não parece razoável conceder direitos morais básicos a seres destituídos de cérebro e de sistema nervoso, uma vez que até mesmo em relação ao homem o fim das atividades encefálicas é sinônimo de morte.

Desse modo os animais destituídos de cérebro e sistema nervoso continuariam excluídos da nossa esfera direta de consideração moral, embora nada impeça que eles sejam objeto de consideração indireta e preservados em benefício da coletividade. (SANTANA, 2006, p. 182)

Cabível ressaltar, nesse aspecto, a Declaração de Cambridge sobre a Consciência em Animais Humanos e Não Humanos, assinada em 2012 por um grupo internacional de neurocientistas, neurofarmacologistas, neurofisiologistas, neuroanatomistas e neurocientistas computacionais cognitivos, que concluíram:

A ausência de um neocórtex não parece impedir que um organismo experimente estados afetivos. Evidências convergentes indicam que animais não humanos têm os substratos neuroanatômicos, neuroquímicos e neurofisiológicos de estados de consciência juntamente como a capacidade de exibir comportamentos intencionais. Consequentemente, o peso das evidências indica que os humanos não são os únicos a

possuir os substratos neurológicos que geram a consciência. Animais não humanos, incluindo todos os mamíferos e as aves, e muitas outras criaturas, incluindo polvos, também possuem esses substratos neurológicos.

A Declaração de Cambridge é responsável pela quebra do paradigma científico até então predominante ao revelar que todos os mamíferos e aves, além de outros animais não humanos, como o polvo, possuem consciência. Sendo assim, além de seres sencientes, sujeitos a experiências de dor e prazer, são capazes de autodeterminação e de atribuição de sentido à vida, o que reafirma a necessidade de incluí-los na categoria de sujeitos de direitos.

Para Santana, Ferreira e Silva os animais não humanos possuem legitimidade para ir à juízo, através de substitutos ou representantes processuais, em razão de serem titulares de direitos na ordem jurídica positiva vigente, além da expressa previsão legal no Decreto n. 24.645/34.

Ações impetradas em defesa dos interesses dos animais não humanos, como é o caso da Chimpanzé Suíça, já tiveram seu processamento admitido por juízes de direito que, portanto, reconheceram o preenchimento das condições da ação, quais sejam, possibilidade jurídica do pedido, interesse de agir e legitimidade, sendo este um passo relevante para o reconhecimento dos animais não humanos como sujeitos de direitos, integrantes da categoria dos entes jurídicos despersonalizados.

Afinal, se condomínios, fundações, massas falidas e heranças jacentes podem integrar relações jurídicas processuais, não é razoável conferir a mesma oportunidade aos animais não humanos, enquanto seres sencientes e, em alguns casos conscientes, possuidores de interesses e de direitos subjetivos reconhecidos constitucionalmente?

3.5 Educação ambiental: uma proposta

Paula Brügger (2004, p. 34) afirma que a educação é “um processo de construção consciente”. Nesse sentido, a superação do paradigma vigente e a construção de uma nova educação ambiental, verdadeiramente comprometida com a natureza e com o valor intrínseco dos seres que a habitam, é de fundamental importância para o fortalecimento do movimento animal.

Existem duas principais abordagens sobre a questão ambiental na educação, em uma, normalmente relacionada às ciências humanas, os fatores histórico-sociais ganham relevância,

enquanto na outra, mais usual no ramo das ciências exatas, prevalecem os aspectos naturais e técnicos, o que ocorre devido a fragmentação do saber. (BRÜGGER, 2004, p. 32)

Relevante distinguir, em uma primeira análise, a educação conservacionista e a educação ambiental, segundo Brügger (2004, p. 35):

Uma educação conservacionista é essencialmente aquela cujos ensinamentos conduzem ao uso racional dos recursos naturais e à manutenção de um nível ótimo de produtividade dos ecossistemas naturais ou gerenciados pelos seres humanos. Já uma educação para o meio ambiente implica também, segundo vários autores, em uma profunda mudança de valores, em uma nova visão de mundo, o que ultrapassa bastante o universo meramente conservacionista.

A educação conservacionista é essencialmente técnica, assemelhada a um “adestramento”, cujo objetivo é adequar os indivíduos ao sistema social vigente, reproduzindo o *status quo*. A divisão do saber em compartimentos nada mais é do que uma faceta de determinada visão de mundo, também fragmentada. (BRÜGGER, 2004, p. 36-37)

A educação se distingue do adestramento por ser este último um processo que conduz à reprodução de conceitos ou habilidades técnicas, permanecendo ausente o aspecto de integração do conhecimento, condição *sine qua non* para a formação de uma visão crítica e criativa da realidade. (BRÜGGER, 2004, p. 40)

Cabível destacar que a maioria dos textos normativos ou projetos de leis que abordam o tema utilizam expressões essencialmente utilitário-rationais, tais como “gestão”, “administração” e “recursos”, de maneira que não há uma nova visão de educação, porque não há uma nova visão de sociedade. (BRÜGGER, 2004, p. 52-53)

Para Brügger (2004, p. 55) existe “[...] um ‘conceito oculto’ de meio ambiente - onde prevalecem as necessidades de preservação do potencial produtivo dos ecossistemas, dos recursos naturais e o estudo de seus distúrbios [...] e não um conceito total”, inclusivo do ser humano. O conceito de meio ambiente, nesse sentido, é utilizado como sinônimo de natureza ou ecossistema, no entanto, a questão ambiental é mais ampla, uma vez que diz respeito ao modo como a sociedade se relaciona com a natureza.

Quanto ao conceito de desenvolvimento sustentável, Brügger (2004, p. 73) questiona se desenvolver não teria sido (des)envolver, no sentido de romper o elo de determinados povos com a sua cultura. Da mesma forma o adjetivo “sustentável”, enquanto capacidade de suporte, leva ao questionamento: sustentar o quê e para quem? Sendo clara a perpetuação da natureza como fábrica.

A fragilidade de referido desenvolvimento sustentável pode ser constatada em medidas que visam mitigar os efeitos devastadores do crescimento ilimitado, como o “Princípio do

Poluidor Pagador” ou “Usuário Pagador”, mas que não atingem qualquer finalidade, na medida em que apenas aumentam o preço da degradação ambiental. (BRÜGGER, 2004, p. 78-79)

[...] além de não contemplar a sustentabilidade para as gerações futuras - pois a quantificação monetária desses custos é uma matéria extremamente controversa - possibilita a geração de lucros e vantagens que não se igualam aos impactos ambientais e sociais gerados pelo crescimento da atividade industrial em pauta. [...] Ou seja, tais princípios não asseguram justiça nem intra nem intergeracional. A aplicação de tais princípios é também um duro golpe nas mudanças de comportamento [...] pois um simples aumento de preços não cria uma nova consciência: para quem pode pagar mais caro, não precisa haver uma redução do consumo de coisa alguma.

Muitas atitudes conservacionistas são realizadas com a finalidade de satisfazer interesses egoísticos e não em virtude de uma tomada de consciência, refletem, ainda, imposições externas, consubstanciadas na necessidade, coerção ou medo. Brügger destaca que a educação deve ser um campo com predomínio da liberdade, entretanto uma educação com liberdade exige uma real mudança de valores, com a superação da racionalidade puramente instrumental. (BRÜGGER, 2004, p. 92-93)

A partir de uma ecologia rasa, antropocêntrica, responsável por fomentar a instrumentalização ilimitada e a consequente distorção entre meios e fins, os animais não humanos só possuem valor em termos de preservação da biodiversidade. “Nunca, em toda a história, uma sociedade impôs tanto sofrimento aos animais em nome da produtividade, seja em experimentos ‘científicos’, seja em fazendas e granjas de criação intensiva”. (BRÜGGER, 2004, p. 93-94)

Tratar os animais como meio não é negativo apenas do ponto de vista ético, mas também do ponto de vista ecológico, uma vez que contribui para a reprodução de um modelo de produtividade altamente nocivo ao meio ambiente.

No que se refere à educação ambiental é importante denunciar a existência de um “currículo oculto”, entendido como um conjunto de valores implícitos transmitidos pelas escolas e não mencionados em seus fins ou objetivos. Segundo Brügger, referido “currículo oculto” inviabiliza a dimensão emancipatória da educação e culmina em respostas técnicas, demasiadamente superficiais para problemas graves, muitas vezes de conotação política e social. (BRÜGGER, 2004, p. 96-97)

Para Brügger “devemos procurar um conceito de educação que ultrapasse o mero propósito de assegurar as necessidades da sociedade capitalista e industrializada”. (2004, p. 114)

A proposta, nesse sentido, não se limita a criar uma matéria “verde” nos currículos escolares, mas repensar as bases da educação, de maneira que o conhecimento desenvolvido em todas as disciplinas possua um viés ambiental, o que além de contribuir para uma nova percepção de mundo, diminuiria o abismo criado entre ciências humanas e exatas, citado anteriormente. (BRÜGGER, 2004, p. 117-119)

Brügger (2004, p. 122) destaca “é preciso reconhecer que só educação [...] não será suficiente para dar conta dos complexos problemas que nos desafiam atualmente”, sendo assim uma mudança no mundo das ideias deve, necessariamente, ser acompanhada de atitudes capazes de transformar a realidade.

4 A CONSTRUÇÃO JURISPRUDENCIAL DO CONCEITO DE CRUELDADE

A análise jurisprudencial foi a forma escolhida para verificar a aplicabilidade prática das teorias anteriormente expostas. Dentre as decisões existentes acerca do assunto foram selecionadas aquelas consideradas paradigmáticas, ensejadoras de uma análise mais profunda do caminho trilhado pelos tribunais no que se refere à relação entre animais humanos e não humanos.

4.1 Caso “Suíça”

Ainda no ano de 1972 o Supremo Tribunal Federal, ao julgar recurso proveniente da denegação de *Habeas Corpus* n. 50.343, impetrado perante a 4ª Vara Federal do antigo Estado da Guanabara, se manifestou sobre o *status* jurídico dos animais não humanos no ordenamento brasileiro.

Os pacientes da referida ação constitucional eram todos os pássaros que se encontravam na iminência de serem aprisionados em gaiolas, em virtude da comercialização, utilização, perseguição, caça ou apanha ilegal, enquanto a autoridade coatora era qualquer pessoa física ou jurídica que, sem amparo legal, privasse mencionados animais de sua liberdade de voo.

A magistrada de primeiro grau indeferiu a ordem, principalmente por entender o *Habeas Corpus* como uma garantia individual destinada a proteção da liberdade de ir e vir do homem contra o arbítrio e o abuso de poder das autoridades públicas. Os impetrantes apelaram, uma vez que a partir do Decreto Lei n. 24.645/34 os animais não humanos seriam tutelados pelo Estado, sendo cabível *Habeas Corpus* para a proteção de sua liberdade, inclusive contra atos de particulares.

O extinto Tribunal Federal de Recursos manteve a decisão sob o argumento de ser incabível *Habeas Corpus* para proteção dos animais, uma vez que possuidores da qualidade jurídica de coisas ou bens.

No mesmo sentido o Supremo Tribunal Federal, em votação unânime, negou provimento ao recurso, sob o fundamento de que para ser beneficiário do *writ*, o paciente deveria, necessariamente, ser pessoa física, sendo que os animais possuíam *status* de coisa ou bem, "podendo apenas ser objeto de direito, jamais integrar uma relação jurídica na qualidade de sujeito de direito", conforme ementa:

O REMÉDIO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DO HABEAS CORPUS VISA A PROTEÇÃO DA LIBERDADE FÍSICA DO SER HUMANO. A TODA

EVIDENCIA NÃO ALCANÇA OS ANIMAIS, EIS QUE ESTES NÃO SE APRESENTAM NO MUNDO JURÍDICO COMO SUJEITO DE DIREITO. RECURSO ORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (RHC 50343, Relator(a): Min. DJACI FALCÃO, Primeira Turma, julgado em 03/10/1972, DJ 10/11/1972)

A decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal reflete a visão tradicional do judiciário acerca da condição dos animais não humanos no ordenamento pátrio, principalmente antes do advento da Constituição Federal de 1988. O *status* de coisa ou bem retira dos seres em questão qualquer possibilidade de titularizarem relações jurídicas na qualidade de sujeitos de direitos e ignora sua senciência, isto é, sua capacidade de sentir dor e prazer.

Conforme demonstrado no capítulo anterior, a partir do referencial teórico de Gary Francione, enquanto os animais não humanos forem coisas, jamais terão seus interesses verdadeiramente considerados, uma vez que subordinados aos interesses do proprietário. Logo, a jurisprudência em análise não se coaduna com a nova ordem constitucional, responsável por garantir aos animais não humanos o direito mínimo de não serem tratados com crueldade.

Em 2005, o julgamento do *Habeas Corpus* n. 833085-3 modificou o entendimento sobre o tema, fortalecendo o movimento animal. Referido remédio constitucional foi impetrado por um grupo de promotores de justiça, professores, estudantes de direito e associações de defesa dos animais em favor de uma chimpanzé denominada “Suíça”, aprisionada no Parque Zoobotânico Getúlio Vargas (Jardim Zoológico de Salvador) em jaula com área total de 77,6 m² e com graves problemas de infiltração. Para os impetrantes o aprisionamento do animal não humano, nas condições mencionadas, configurava ato de crueldade.

O suporte fático utilizado pelos impetrantes na peça inicial foi a comprovação, pela Universidade Estadual de Wayne, que homens e chimpanzés compartilham até 99,4% de carga genética, bem como as conclusões alcançadas pelo Projeto dos Grandes Primatas. Já o suporte jurídico foi a possibilidade de ampliação do sentido da palavra “alguém”, a fim de alcançar os grandes primatas, destacando o processo de formação de sentido das normas jurídicas, bem como o papel do Poder Judiciário enquanto agente transformador.

Os impetrantes justificaram a escolha do *habeas corpus* como instrumento jurídico adequado para tutelar os interesses da chimpanzé “Suíça”, na medida em que o objetivo da ação era proteger a liberdade de ir e vir do animal não humano. Nesse sentido, incabível a via da ação civil pública, nos seguintes termos:

Destarte o motivo fulcral desse *writ* não é evitar possível dano ao meio ambiente e proteger o interesse difuso da sociedade na preservação da fauna, o que poderia ser amparado pelo instrumento processual da ação civil pública, disciplinada pela Lei

7.347/85, mas possibilitar o exercício mais lúdico da expressão liberdade ambulatorial - o deslocamento livre de obstáculos a paralisar sua locomoção.

Para os impetrantes ainda que os chimpanzés não sejam considerados pessoas, apesar de serem inteligentes, capazes de raciocinar e ter consciência de si, o art. 225, § 1º, inciso VII da Constituição Federal de 1988, garante um direito mínimo a estes seres: o de não serem submetidos a tratamentos cruéis, a práticas que coloquem em risco sua função ecológica ou a preservação da sua espécie.

Com relação à norma constitucional em questão, destacaram o posicionamento do autor Laerte Fernando Levai de que a Carta Magna vigente superou o paradigma antropocêntrico em favor de uma ética biocêntrica, tornando materialmente inconstitucionais as leis ordinárias que regulamentam a exploração animal, dentre as quais os jardins zoológicos.

Rafael Speck de Souza e Letícia Albuquerque apresentam o seguinte questionamento “Por que olhar os animais?” e reforçam o entendimento de que a lei que regulamenta os jardins zoológicos é eminentemente antropocêntrica, na medida em que desconsidera o animal não humano em sua individualidade, nos seguintes termos:

[...] uma vez aprisionados e confinados, os animais não humanos (e isso se aplica aos humanos também) são destituídos do senso de provimento que lhes é próprio, restando privados da liberdade de buscar seu “próprio bem” a “seu próprio modo”. A perda da liberdade, para um animal, ameaça sua consciência específica. O confinamento de animais os força a viverem a vida contrariando sua autonomia prática natural, pois os priva do bem próprio da espécie singular de seu viver. (SOUZA; ALBUQUERQUE, 2015, p. 120)

Os autores (2015, p. 124-126) ressaltam, ainda, que a justificativa utilizada para a manutenção dos zoológicos, enquanto espaços de interação entre animais humanos e não humanos, com função socioeducativa de “conhecer para preservar”, é falaciosa, uma vez que não é possível aprender nada sobre a natureza de um animal afastado de seu *habitat* natural, marginalizado e debilitado, tanto física quanto psicologicamente. Sendo assim, a solução para este problema ético, que perpetua a superioridade do homem sobre as demais formas de vida, consiste em esvaziar as jaulas.

Foi requerido o deferimento da medida em caráter liminar, dada a existência de *fumus boni iuris*, isto é, de elementos que indicam a ilegalidade no constrangimento da liberdade de locomoção da chimpanzé “Suíça” e de *periculum in mora*, consubstanciada na probabilidade de dano irreparável, em razão da estrutura em que se encontra enclausurada, além das peculiaridades de sua espécie, caracterizada como social e geneticamente programada para a vida em grupo. O pedido restou assim aduzido:

Ultimando, constitui o presente *writ*, único instrumento possível para, ultrapassando o sentido literal de pessoa natural, alcançar também os hominídeos, e, com base no conceito de segurança jurídica (ambiental), conceder ordem de *habeas corpus* em favor da chimpanzé “Suíça”, determinando a sua transferência para o Santuário dos Grandes Primatas do GAP, que, inclusive, já disponibilizou o transporte para a execução da devida transferência (fls. 124).

Nesse Santuário, “Suíça” poderá conviver com um grupo de 35 membros de sua espécie, num local amplo e aberto, ter uma vida social condizente com sua espécie, inclusive constituindo família e procriando, e, de uma forma ou de outra, garantindo a sobrevivência de uma espécie que possui antepassados comuns com a nossa.

Pedem deferimento, esperando JUSTIÇA!

Cumprе ressaltar que os impetrantes requereram a ampliação do “sentido literal de pessoa natural” na tentativa de introduzir um precedente no direito brasileiro relacionado ao Projeto dos Grandes Primatas que visa, justamente, a imediata extensão dos direitos humanos aos chimpanzés, bonobos, gorilas e orangotangos⁸.

O juiz de primeiro grau da 9ª Vara Criminal da Comarca de Salvador, embora não tenha concedido a liminar *inaudita altera pars*, recebeu o *habeas corpus*, originando precedente inédito no direito brasileiro, uma vez que ao admitir a inicial e determinar a intimação da autoridade coatora para prestar informações em 72 horas, o magistrado entendeu estarem preenchidos os pressupostos processuais da ação, reconhecendo a capacidade de ser parte do animal não humano, a competência do juízo para julgar o feito, bem como a capacidade processual e postulatória dos impetrantes para ingressarem com o *writ*. (SANTANA, 2006, p. 171)

Durante o curso da ação a chimpanzé “Suíça” faleceu e o processo foi extinto sem julgamento de mérito, porém o magistrado ao prolatar a sentença admitiu que poderia ter julgado inepta a inicial por impossibilidade jurídica do pedido e falta de interesse de agir, citando o precedente do Supremo Tribunal Federal acima analisado, mas ressaltou que com a aceitação do debate conseguiu despertar a atenção de juristas de todo o país. (SANTANA, 2006, p. 172)

⁸ O Projeto dos Grandes Primatas (*The Great Ape Project*) foi desenvolvido em 1993 e liderado pelos filósofos Peter Singer e Paola Cavalieri, com o objetivo de estender determinados direitos humanos aos grandes primatas, tais como o direito à vida, à liberdade individual e à integridade física, “sob o argumento de que a derrubada de um muro tão sólido como o especista exige um ataque inicial ao seu ponto mais fraco, que é o parentesco entre a espécie humana e esses humanóides”. (SANTANA, 2006, p. 126) O autor (2006, p. 127) destaca, ainda, que com a adoção do modelo taxinômico cladístico, desenvolvido na segunda metade do século XX, que considera antes da classificação com base na similaridade anatômica, as inferências sobre a história evolucionária, isto é, a distância genética e o tempo de separação das espécies, já existe segurança científica suficiente para afirmar que o homem e os grandes primatas pertencem à mesma família (*hominidae*) e ao mesmo gênero (*homo*), de maneira que inexistente qualquer razão para excluir os grandes primatas do círculo de consideração moral.

Na fundamentação da sentença o juiz esclareceu que o *habeas corpus* preenchia todas as condições da ação, isto é, a tutela jurisdicional suscetível de apreciação, as partes legítimas e a via processual escolhida necessária e adequada para alcançar o resultado pretendido. (SANTANA, 2006, p. 173)

Para Santana (2006, p. 173) o caso “Suíça” *versus* Jardim Zoológico de Salvador constituiu verdadeiro marco para o Direito Animal, na medida em que reconheceu os animais como sujeitos de direitos, capazes de reivindicar seus direitos em juízo.

A comparação entre as decisões acima analisadas revela a existência de uma evolução doutrinária e jurisprudencial, no sentido de proteção ao animal não humano individualmente considerado e não apenas enquanto integrante do bem jurídico ambiental. O debate acerca dos direitos animais, anteriormente restrito ao âmbito moral ou ético, ganha espaço no âmbito jurídico, ensejando amplas discussões acerca do *status* conferido aos animais não humanos pelo ordenamento brasileiro, o que possui extrema importância, uma vez que o primeiro passo para a mudança é o conhecimento.

4.2 Farra do Boi

Para Carolina Medeiros Bahia (2008, p. 396) “a farra do boi é uma boa demonstração do caráter conflitivo dos direitos difusos”, ensejando o sopesamento de duas dimensões importantes do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, previsto no art. 225 da Constituição Federal de 1988, tendo em vista que apesar de ser “uma manifestação folclórica pertencente à cultura do Boi no Brasil”, comporta atos de crueldade incompatíveis com a vedação constitucional.

A maior parte da doutrina compreende o meio ambiente cultural como integrante da tutela ambiental, sendo o conceito jurídico de cultura fornecido pelo art. 216 da Carta Magna. Bahia (2008, p. 398) destaca que a constituição assegura esse direito fundamental em duas dimensões, expressas no art. 215, quais sejam negativa, de liberdade, garantindo ao indivíduo o poder de escolher sua própria cultura e viver de acordo com os valores dela decorrentes, e positiva, de maneira que compete ao Estado apoiar, incentivar e proteger as manifestações culturais.

Da mesma forma, a Constituição Federal de 1988 em seu art. 225, § 1º, inciso VII, protege os recursos naturais e a biodiversidade, isto é, a flora e a fauna, vedando práticas que

coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais não humanos a crueldade.

De acordo com Bahia (2008, p. 401-402) existem duas correntes que controvertem acerca do regime jurídico conferido à fauna, uma de orientação antropocêntrica, a partir da qual o homem, enquanto centro do universo, utiliza os recursos naturais de acordo com a sua conveniência, sendo os animais meros objetos de direitos, tutelados na medida em que são úteis aos interesses humanos e outra de orientação biocêntrica que posiciona a vida como centro valorativo, atribuindo uma dignidade própria aos elementos naturais, passíveis de consideração jurídica ou moral.

A Farra do Boi foi introduzida no litoral catarinense devido a imigração açoriana, sendo inicialmente encarada como uma tradição cultural. No entanto, a partir da década de 60 emergiu um sentimento de “incômodo social” com a prática, decorrente da urbanização da cidade, do crescimento do turismo e do surto migratório em direção ao Estado. Na década de 80, os movimentos contrários a Farra do Boi adquiriram proporções nacionais, culminando no episódio de Ganchos, repressão policial com saldo de dezenove presos e dez feridos.

O conflito ocorrido em Ganchos, em 1988, evidencia o grau de sensibilização nacional em torno da questão da crueldade contra os animais. Com a nacionalização do debate em torno da farra do boi, esta prática de origem açoriana foi descaracterizada como manifestação cultural e logo foi identificada como barbárie, como anticivilização ou como um “primitivo populacho”, decorrente de “frustrações sexuais” ou de “machismos compensatórios” dos praticantes. (BAHIA, 2008, p. 408)

Bahia (2008, p. 409) destaca a existência de quatro etapas na Farra do Boi, quais sejam a constituição da lista de sócios que adquirem em conjunto o boi e partilham sua carne após o sacrifício, a escolha do boi, que deve ser bravio, com a finalidade de gerar uma atmosfera de perigo e medo entre os farristas, a soltada, quando o animal é recebido com buzinas e foguetes, sendo alvo de provocações com gritos e varas, bem como perseguições mata adentro e o sacrifício “onde, depois de ser submetido a um processo de estranhamento e elevado ao máximo da sua fúria, tem a sua carne repartida comunitariamente, como uma espécie de hóstia sacrificada”.

Para Bahia (2008, p. 411) a Farra do Boi, enquanto variação dos rituais realizados no Arquipélago de Açores, é uma forma de expressão da cultura lusa no Brasil. Sendo assim, como referência à identidade, ação e memória dos portugueses que contribuíram para a colonização, referido ritual é patrimônio cultural brasileiro, nos termos do art. 216 da Carta Magna de 1988.

No entanto, frequentemente durante o ritual o animal é alvo de atos cruéis e ainda que não seja mutilado, fica exausto, devido as horas de tensão e desespero. A violência intrínseca à prática é contrária aos valores expressos pela Constituição Federal de 1988 e “contrapõe-se à tendência atual, que tenta imprimir na sociedade princípios éticos que promovam uma verdadeira transformação no comportamento que a humanidade tem legado à natureza”. (BAHIA, 2008, p. 415)

Bahia (2008, p. 415) ressalta, ainda, a semelhança da Farra do Boi com a pena de suplício, segundo a qual as marcas da violência física no corpo do animal servem como motivo do orgulho, representando “o completo domínio do homem sobre a criatura selvagem”, contribuindo, inclusive, para o sentimento de indiferença com relação ao sofrimento dos animais não humanos, verdadeiro retrocesso em termos de educação ambiental, conforme discutido anteriormente.

O assunto chegou ao Supremo Tribunal Federal através do Recurso Extraordinário n. 153.531-8/SC. Diversas associações protetoras dos animais ingressaram, após cautelar preparatória, com ação civil pública objetivando a condenação do Estado de Santa Catarina, no sentido de proibir a Farra do Boi ou manifestações semelhantes, alegando violação ao disposto no art. 225, § 1º, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

Em sede de contestação, o Estado de Santa Catarina alegou preliminarmente a inépcia da inicial e a carência da ação. No mérito, negou a Farra do Boi como ato de crueldade, bem como a existência de omissão estatal, uma vez que foram adotadas medidas para coibir os excessos. O magistrado de primeiro grau extinguiu o processo sem resolução de mérito, considerando as autoras carecedoras da ação, dada a impossibilidade jurídica do pedido. Houve apelação.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina negou provimento ao recurso, alterando o dispositivo da sentença para analisar o mérito da ação, apesar de ter considerado a via eleita pela parte autora imprópria, tendo em vista não existir dano ao meio ambiente, conforme exigência do art. 1º da Lei n. 7.347/85. De acordo com os desembargadores a Farra do Boi consistiria em manifestação cultural, ressalvados os maus-tratos infligidos aos animais, configuradores de contravenção penal, prevista no art. 64 do Decreto Lei n. 3.688/41, suficientemente reprimida pelos órgãos responsáveis. Conforme ementa:

ACÇÃO CIVIL PÚBLICA. AJUIZAMENTO CONTRA O ESTADO DE SANTA CATARINA. PEDIDO CONSISTENTE NA PROIBIÇÃO DA PRÁTICA, NOS MUNICÍPIOS, DISTRITOS, SUBDISTRITOS E OUTRAS LOCALIDADES DA FAIXA LITORÂNEA CATARINENSE, DA DENOMINADA FARRA DO BOI.

PRESENÇA MARCANTE DO ESTADO ATRAVÉS DA POLÍCIA CIVIL E MILITAR, COM A FINALIDADE DE DISCIPLINAR O FOLGUEDO POPULAR, SEM MAUS TRATOS AOS ANIMAIS. SOLICITAÇÃO, ADEMAIS, POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO DO CONCURSO DE CIENTISTAS SOCIAIS PARA ESTUDO E SOLUÇÃO DO PROBLEMA QUE SE LOCALIZA APENAS EM SEGMENTO DA POPULAÇÃO DE ORIGEM AÇORIANA. INCONFIGURAÇÃO DE OMISSÃO DO ESTADO NA ÁREA EM QUE CUMPRE ATUAR. INDISPENSÁVEL, POR OUTRO LADO NÃO CONFUNDIR ESSA TRADIÇÃO, DE ORIGEM AÇORIANA, CONHECIDA SOB A DENOMINAÇÃO DE TOURADA À CORDA OU BOI NA VARA, COM A VIOLÊNCIA DESCRITERIOSA INFLIGIDA NOS PRÓPRIOS BOIS. O ERRO AQUI PRATICADO, CONFIGURATIVO DE CONTRAVENÇÃO, UMA VEZ EXPUNGIDO DESSE CONTEXTO, POR MEIOS PREVENTIVOS OU REPRESSIVOS, NÃO JUSTIFICA A PROIBIÇÃO DESSA MANIFESTAÇÃO POPULAR, DESDE QUE SE MANTENHA FIEL À FEIÇÃO TRADICIONAL DO BOI NA VARA, SEM A MENOR VIOLÊNCIA OU INFLIÇÃO DE MALEFÍCIOS À ALIMÁRIA. RECURSO DESPROVIDO PARA, ALTERADO O DISPOSITIVO DA SENTENÇA, JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO. (TJSC, Apelação Cível n. 1988.043863-9, da Capital, rel. Des. Napoleão Amarante) *grifo nosso*

Cabe ressaltar o seguinte trecho do aresto que afirma a Farra do Boi como manifestação cultural: “Homem, Deus e Natureza se entrelaçam de modo peculiar, fazendo espelhar a visão do mundo de todo um grupo social”. Referido trecho diz respeito a uma relação homem-natureza amplamente questionada nos dias atuais, principalmente após o advento do movimento ambientalista moderno e da Constituição Federal de 1988, sendo evidente que, sob o falso manto da cultura, perpetua-se a instrumentalização e a exploração dos animais não humanos.

O Supremo Tribunal Federal, no entanto, firmou entendimento diverso. O relator Ministro Francisco Rezek destacou a necessidade de superar duas tentações para a correta análise da matéria. A primeira diz respeito a consideração metajurídica das prioridades: “por quê num país de dramas sociais tão pungentes, há pessoas preocupando-se com a integridade física ou com a sensibilidade dos animais?”, mencionado argumento é falacioso, na medida em que “a ninguém é dado o direito de estatuir para outrem qual será sua linha de ação, qual será, dentro da Constituição da República o dispositivo que parecendo-lhe ultrajado deva merecer seu interesse e sua busca de justiça”.

Já a segunda está relacionada à posição geográfica das associações protetoras de animais autoras da ação, situadas no Rio de Janeiro, uma vez que apesar de existirem pessoas e associações idôneas para combater a Farra do Boi no Estado de Santa Catarina, todos os entes federativos estão submetidos a uma ordem jurídica central e possuem o direito de exigir a aplicação das normas constitucionais em todo o território nacional.

Para o relator, Ministro Francisco Rezek, a Farra do Boi é uma prática cruel e não uma manifestação cultural com atos avulsos de violência, conforme trecho do julgado:

Não posso ver como juridicamente correta a ideia de que em prática desta natureza a Constituição não é alvejada. Não há aqui uma manifestação cultural com abusos avulsos; há uma prática abertamente violenta e cruel para com animais, e a Constituição não deseja isso.

No mesmo sentido o voto do Ministro Marco Aurélio, segundo o qual a Farra do Boi é “[...] prática cuja crueldade é ímpar”. O Ministro Néri da Silveira destacou, ainda, que a Constituição Federal de 1988, de forma pioneira, elevou a proibição de crueldade contra os animais a categoria de preceito constitucional, sendo a prática da Farra do Boi incompatível com o art. 225, § 1º, inciso VII.

O Ministro Maurício Corrêa, por sua vez, considerou a Farra do Boi manifestação cultural regionalizada merecedora de proteção estatal, conforme previsto no art. 215, *caput* e § 1º da Carta Magna, competindo ao Estado, através do poder de polícia, reprimir eventuais excessos cometidos pelos farristas e ao judiciário, quando provocado, exigir a adoção de medidas no sentido de cumprir o comando constitucional previsto no art. 225, § 1º, inciso VII. Votou pelo não conhecimento do recurso, por entender que envolveria reapreciação da matéria de fato.

Portanto, apesar de existirem duas posições antagônicas, prevaleceu o entendimento de que a Farra do Boi constitui prática cruel e, nesse sentido, vedada pela Constituição da República de 1988, em acórdão assim ementado:

COSTUME - MANIFESTAÇÃO CULTURAL - ESTÍMULO - RAZOABILIDADE - PRESERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA - ANIMAIS - CRUELDADE. A obrigação de o Estado garantir a todos o pleno exercício de direitos culturais, incentivando a valorização e a difusão das manifestações, não prescinde da observância da norma do inciso VII do artigo 225 da Constituição Federal, no que veda prática que acabe por submeter os animais à crueldade. Procedimento discrepante da norma constitucional denominado "farra do boi". (RE 153531, Relator(a): Min. Francisco Rezek, Relator(a) para Acórdão: Min. Marco Aurélio, Segunda Turma, julgado em 03/06/1997, DJ 13/03/1998)

Bahia (2008, p. 420) faz uma crítica ao aresto e destaca que apesar de a ementa fazer referência à razoabilidade, tanto no voto do Ministro Francisco Rezek, quanto no voto do Ministro Maurício Corrêa não houve ponderação dos princípios envolvidos.

No primeiro caso o ministro relator, ao descaracterizar a Farra do Boi como manifestação cultural “parece se filiar à teoria das limitações constitucionais imanentes, que seriam limitações aos direitos fundamentais, impostas pela própria Constituição” (BAHIA, 2008, p. 421). Sendo assim, ao considerar a crueldade contra os animais como limite constitucional à liberdade de ação cultural estabelece uma hierarquia entre os valores em

questão, alvo de questionamentos da doutrina e jurisprudência, que privilegiam a ponderação de direitos.

Já no segundo caso o ministro infravaloriza o direito ao meio ambiente, em sua perspectiva de vedação da crueldade contra a fauna, não analisando os efeitos que podem advir da prática da Farra do Boi. (BAHIA, 2008, p. 423)

Sendo assim, para Bahia (2008, p. 423), referido julgado apesar de paradigmático na proteção dos animais não humanos, carece de qualidade retórica e jurídica ao deixar de analisar a matéria à luz da regra da proporcionalidade.

Medeiros (2013, p. 217) destaca que apesar de existir uma colisão entre os direitos fundamentais à cultura, previsto no art. 216 da Carta Magna de 1988 e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, contemplado pelo art. 225 do mesmo diploma legal, a aplicação da regra da proporcionalidade conduz à proteção dos animais não humanos, nos seguintes termos:

Indubitavelmente, não há proteção a cultura que possa permitir tratamento cruel e degradante de qualquer espécie de vida. Não há como aceitar a condição de hóstia, de tradição, de cultura, quando uma vida, um sujeito de uma vida é cruelmente vitimado.

Cumprе ressaltar que, no caso concreto, não cabe ponderação de direitos, uma vez que o art. 225, § 1º, inciso VII, consiste em regra estrita, que veda qualquer tipo de tratamento cruel aos animais não humanos. Dessa forma, somente é legítima e legal a manifestação cultural que não implique em crueldade.

Em moção contrária a prática, Brügger (2009a) destaca que a educação ambiental visa a construção de uma nova racionalidade que rejeite “o antropocentrismo, o especismo, o racismo, o sexismo, o imperialismo e outras formas de exercer domínio sobre o outro”, sendo a Farra do Boi atividade especista, covarde e violenta, na medida em que submete seres sencientes à crueldade.

Apesar de proibida pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão proferida no Recurso Extraordinário n. 153.531/SC e estar prevista como crime no art. 32 da Lei n. 9.605/98, Brügger afirma que alguns setores da sociedade catarinense, inclusive políticos e membros da comunidade acadêmica, defendem a manutenção da Farra do Boi como uma tradição cultural, perpetuando uma visão de mundo reducionista, apta a reproduzir os valores vigentes. Nesse contexto, de manutenção velada do *status quo*, a ciência é fundamentalismo e a educação adestramento. Conforme Brügger (2009a):

Nessa visão de mundo hegemônica, fortemente marcada por uma racionalidade instrumental, a natureza é vista como uma grande fábrica, como um mero conjunto de recursos (ou seja, meios para se atingir um fim) e isso inclui, é claro, os animais (inclusive os humanos, oprimidos). Os animais são considerados, então, destituídos de valor intrínseco: não são sujeitos de suas vidas, não fazem parte da comunidade moral, são meros instrumentos ou objetos para uso humano. Imersos nesse paradigma – responsável pela destruição das condições de vida no planeta – não veem seus defensores que essa é apenas uma visão de mundo, uma razão, entre tantas outras.

Em tréplica referente ao artigo “A farra do boi é uma vaca sagrada?” Brügger (2009b), ao analisar argumentos utilizados por antropólogos em defesa da Farra do Boi, destaca que a afirmação “entender, sem aprovar ou condenar” é falaciosa, uma vez que a ciência está distante do ideal de neutralidade, isto porque o cientista, ainda que consiga se libertar de pré noções diretamente relacionadas ao objeto de estudo, possui o olhar orientado por uma visão de mundo. A autora finaliza: “se tudo é relativo, não vale a pena lutar por nada”, o que além de hipócrita é mórbido.

Cabível ressaltar, quanto ao tema em análise, a tramitação da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4983 no Supremo Tribunal Federal, ajuizada pelo Procurador-Geral da República contra a Lei n. 15.299/2013, do Estado do Ceará, responsável por regulamentar a vaquejada como prática desportiva e cultural.

O art. 2º da lei impugnada assim dispõe “[...] considera-se vaquejada todo evento de natureza competitiva, no qual uma dupla de vaqueiro a cavalo persegue animal bovino, objetivando dominá-lo”. Na vaquejada os vaqueiros visam derrubar um touro, puxando-o pelo rabo até a área demarcada. Antes da “soltada” o animal é enclausurado, açoitado e instigado a sair em disparada.

O relator Ministro Marco Aurélio votou pela procedência do pedido, na fundamentação afirmou que o caso envolve conflito de direitos fundamentais à cultura e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, previstos nos arts. 215 e 225 da Constituição Federal de 1988. No entanto, salientou que “a crueldade intrínseca a vaquejada não permite a prevalência do valor cultural como resultado desejado”, ressaltou, ainda, considerando os laudos técnicos juntados aos autos que “[...] inexistente a menor possibilidade de um boi não sofrer violência física e mental quando submetido a este tratamento”. Citou como precedentes o caso da farra do boi e das brigas de galo.

Os Ministros Edson Fachin e Gilmar Mendes divergiram do Relator, sob o fundamento de que a vaquejada é manifestação cultural cuja crueldade não é intrínseca, sendo possível adotar medidas com o objetivo de evitar lesões aos animais não humanos envolvidos na prática.

A sessão foi suspensa em razão de pedido de vista do Ministro Roberto Barroso e retomada no corrente mês e ano.

O Ministro julgou procedente o pedido, argumentou que a característica de manifestação cultural não torna a prática imune de contraste com outros valores fundamentais, ressaltou ainda que a tutela dos animais é autônoma, isto é, não se justifica apenas do ponto de vista ecológico ou preservacionista, sendo assim o sofrimento do animal importa, independentemente do equilíbrio ambiental. Foi acompanhado dos Ministros Rosa Weber e Celso de Mello, que destacou o aspecto criminoso da prática, divergiram os Ministros Teori Zavaski e Luiz Fux.

O julgamento foi novamente suspenso em razão de pedido de vista pelo Ministro Dias Toffoli. O Instituto Planeta Verde, preocupado com o andamento da ação, subscreveu moção contrária à vaquejada, ressaltando que referida prática perdeu o caráter de manifestação cultural, sendo entretenimento com finalidade econômica, voltada à manutenção da indústria da crueldade.

Cumprе destacar que, no caso concreto, não cabe ponderação de direitos, uma vez que o art. 225, § 1º, inciso VII, consiste em regra estrita, que veda qualquer tipo de tratamento cruel aos animais não humanos, sendo caso de incidência da teoria dos limites dos direitos fundamentais. Sendo assim, somente é legítima e legal a manifestação cultural que não implique em crueldade.

A declaração de constitucionalidade da lei questionada seria verdadeiro retrocesso, dissonante da jurisprudência consolidada pelo Supremo Tribunal Federal nos casos da farra do boi e da rinha de galo, estudados nesta monografia. Ao julgar nesse sentido os Ministros estariam revestindo de constitucionalidade uma prática criminosa e, portanto, negando vigência ao art. 32 da Lei n. 9.605/98.

4.3 Brigas de Galo

Medeiros e Albuquerque (2015a, p. 511) definem a briga de galo como a “[...] condição de dois galos combatentes se golparem com bicos, ponteiros e esporas, ferindo-se até a mutilação ou a morte”. O galismo, apesar de ser considerado manifestação cultural ou esporte por parte da população é uma prática cruel, nos termos do art. 225, § 1º, inciso VII da Constituição Federal, conforme consolidado entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores.

A tentativa de justificar uma ação criminosa a partir da cultura deve ser desconstruída, uma vez que as rinhas de galo não se coadunam com as mais diversas definições de cultura, entendida como modo de vida global de um povo, legado social deixado pelo grupo ao indivíduo ou forma de pensar, sentir e agir. Ainda que a cultura seja considerada um berço para a aprendizagem ou um comportamento aprendido, referida prática não encontra sustentáculo, uma vez que em nada contribui ao aperfeiçoamento do homem. (MEDEIROS; ALBUQUERQUE, 2015a, p. 514-515)

Da mesma forma, existem diversas decisões que desconstroem o enquadramento da briga de galo como esporte, em razão dos maus-tratos sofridos pelos animais em luta. Não é possível comparar a prática aos esportes de contato, como o boxe ou o MMA, uma vez que nestes casos não existem vítimas ou mortes, mas atletas que consentem livremente em participar dos eventos, recebendo contrapartida financeira. (MEDEIROS; ALBUQUERQUE, 2015a, p. 515)

Conforme Medeiros e Albuquerque (2015, p. 18), em consulta à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, existem quatro julgados acerca do tema em questão, quais sejam o Recurso Extraordinário n. 153.531/SC, a Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2514/SC, a Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3776/RN e a Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 1856/RJ, no entanto merece destaque esta última, tanto pela completude do voto do relator Ministro Celso de Mello, quanto por citar as demais decisões mencionadas como precedentes.

Em 1998 o Supremo Tribunal Federal deferiu, por unanimidade, pedido de medida cautelar para suspender a aplicabilidade da Lei n. 2.895/98 do Estado do Rio de Janeiro, responsável por autorizar a criação e a realização de competições entre aves combatentes, até julgamento definitivo da ADI n. 1856.

O principal argumento utilizado para fundamentar a ação foi a afronta ao art. 225, *caput* c/c § 1º, inciso VII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sendo a briga de galo uma prática cruel e, nesse sentido, contrária ao comando constitucional.

O então presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, intimado a prestar informações, esclareceu que a promulgação da lei permitiria a fiscalização das brigas de galo, “forte fator de integração de comunidades” e gerador de um “apreciável número de empregos”, no mérito alegou a compatibilidade de referido diploma normativo com a Carta Magna, na medida em que o art. 225 visava a preservação da fauna como componente do ecossistema, excluindo a proteção dos animais domésticos e domesticados.

O relator Ministro Carlos Velloso destacou que a Constituição Federal de 1988 não faz qualquer distinção entre fauna silvestre, doméstica ou domesticada para fins de proteção do meio ambiente e de vedação de práticas que submetam os animais não humanos à crueldade, concluindo que as brigas de galo são cruéis, nos termos do art. 3º, inciso XXIX do Decreto Lei n. 24.645/34 e do art. 64 da Lei de Contravenções Penais, sendo o Recurso Extraordinário n. 153.531/SC citado como precedente.

No ano de 2011 houve o julgamento definitivo de mencionada ação, sendo declarada a inconstitucionalidade da Lei n. 2.895/98. A preliminar de inépcia da inicial foi afastada, sob o fundamento de que a peça vestibular atendia aos requisitos legais, indicando a norma de parâmetro ofendida, bem como a contradição entre a norma questionada e a Carta Magna, sendo considerada desnecessária a produção probatória, por serem notórios os ferimentos dos galos durante o combate.

No mérito, o relator Ministro Celso de Mello considerou ser evidente a inconstitucionalidade do diploma normativo editado pelo Estado do Rio de Janeiro, nos seguintes termos:

O fundamento em que se apoia a pretensão de inconstitucionalidade do diploma normativo em referência reside na prática de atos revestidos de inquestionável crueldade contra aves das Raças Combatentes (“*gallus-gallus*”) que são submetidas à maus-tratos, em competições promovidas por infratores do ordenamento constitucional e da legislação ambiental, que transgridem, com seu comportamento delinquencial, a regra constante do inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição da República [...].

Destacou, ainda, a íntima relação entre o dever ético-jurídico de não submeter os animais a crueldade e a manutenção de um ambiente ecologicamente equilibrado, capaz de garantir a subsistência das presentes e futuras gerações humanas, sendo este ao mesmo tempo um direito de terceira geração e um dever destinado tanto ao Poder Público quanto à coletividade em geral.

Concluiu, após citar precedentes da corte constitucional e referências doutrinárias, que a Lei n. 2.895/98 “[...] está em situação de conflito ostensivo com a norma inscrita no art. 225, § 1º, VII, da Constituição da República, que, insista-se, veda a prática de crueldade contra os animais e que tem, na Lei n. 9.605/98 (art. 32), o seu preceito incriminador [...]”.

O Ministro Eros Grau, relator da ADI n. 2154/SC, afirmou a tendência do Supremo Tribunal Federal em preservar a fauna “banindo a sujeição da vida animal a experiências de crueldade”, em acórdão assim ementado:

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 11.366/00 DO ESTADO DE SANTA CATARINA. ATO NORMATIVO QUE AUTORIZA E REGULAMENTA A CRIAÇÃO E A EXPOSIÇÃO DE AVES DE RAÇA E A REALIZAÇÃO DE "BRIGAS DE GALO". A sujeição da vida animal a experiências de crueldade não é compatível com a Constituição do Brasil. Precedentes da Corte. Pedido de declaração de inconstitucionalidade julgado procedente. (ADI 2514, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2005, DJ 09/12/2005)

No mesmo sentido, o Ministro Cezar Peluso relator do acórdão referente à ADI n. 3776/RN, afirmou ser postura da corte constitucional brasileira repudiar a autorização ou a regulamentação de qualquer atividade que, sob o manto da cultura ou sob a justificativa de preservação do patrimônio genético das espécies envolvidas, submeta os animais à crueldade, em evidente confronto com o art. 225, § 1º, inciso VII da Constituição Federal de 1988, conforme ementa:

INCONSTITUCIONALIDADE. Ação direta. Lei nº 7.380/98, do Estado do Rio Grande do Norte. Atividades esportivas com aves das raças combatentes. "Rinhas" ou "Brigas de galo". Regulamentação. Inadmissibilidade. Meio Ambiente. Animais. Submissão a tratamento cruel. Ofensa ao art. 225, § 1º, VII, da CF. Ação julgada procedente. Precedentes. É inconstitucional a lei estadual que autorize e regulamente, sob título de práticas ou atividades esportivas com aves de raças ditas combatentes, as chamadas "rinhas" ou "brigas de galo". (ADI 3776, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, Tribunal Pleno, julgado em 14/06/2007, DJ em 20/06/2007)

Cabe destacar, ainda, o parecer elaborado por Edna Cardozo Dias (2000, p. 77-78) ao Procurador Geral da República acerca da inconstitucionalidade da Lei n. 2.895/98, no qual demonstra porque a rinha de galo é uma prática cruel. Segundo a advogada, o animal é preparado cerca de um ano antes das batalhas, é pelinchado, tem suas barbelas e pálpebras operadas. Durante o treinamento básico o treinador “[...] joga-o para cima e deixa-o cair no chão para fortalecer suas pernas”, pendura o animal pelo rabo para fortalecer suas unhas, escova o galo para desenvolver sua musculatura, sendo banhado em água fria e colocado no sol com o objetivo de aumentar sua resistência. O animal passa a vida aprisionado em uma gaiola, somente podendo se deslocar em um espaço maior quando é colocado na passarela para treinar.

Na rinha, após a escolha do adversário, chamada de parelha, são feitas apostas entre os dois proprietários, abertas na sequência ao público. A luta dura em média uma hora e quinze minutos, sendo os galos adornados com esporas de metal e bicos de prata, para potencializar os danos. Expressões comuns entre os galistas e que corroboram a crueldade da prática são galo “tucado”, quando recebe um golpe mortal, “meio tucado”, quando sofre nocaute e “espavorido”, quando atingido de forma violenta abandona a rinha. (DIAS, 2000, p. 78)

Sendo assim, para o relator, qualificar as rinhas de galo como prática desportiva, cultural ou folclórica constitui “uma patética tentativa de fraudar a aplicação da regra constitucional de

proteção da fauna, vocacionada, dentre outros nobres objetivos, a impedir a prática criminosa de crueldade contra animais”.

Houve voto divergente do Ministro Dias Tofolli, segundo o qual a expressão “na forma da lei” presente no inciso VII do § 1º do art. 225 determina que compete à lei ordinária definir o que é crueldade e não ao Poder Judiciário. O Ministro Ayres Brito discordou, por entender que a norma em questão não possui eficácia limitada ou complementar, devendo ser interpretada de acordo com o contexto constitucional.

Após voto do Ministro Marco Aurélio no sentido de que há inconstitucionalidade formal da Lei n. 2.895/98, uma vez que contraria lei federal que regulamenta o assunto, o Ministro Dias Tofolli alterou seu voto para seguir o mesmo entendimento.

Logo, a inconstitucionalidade foi declarada por unanimidade em acórdão assim ementado:

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – BRIGA DE GALOS (LEI FLUMINENSE Nº 2.895/98) – LEGISLAÇÃO ESTADUAL QUE, PERTINENTE A EXPOSIÇÕES E A COMPETIÇÕES ENTRE AVES DAS RAÇAS COMBATENTES, FAVORECE ESSA PRÁTICA CRIMINOSA – DIPLOMA LEGISLATIVO QUE ESTIMULA O COMETIMENTO DE ATOS DE CRUELDADE CONTRA GALOS DE BRIGA – CRIME AMBIENTAL (LEI Nº 9.605/98, ART. 32) – MEIO AMBIENTE – DIREITO À PRESERVAÇÃO DE SUA INTEGRIDADE (CF, ART. 225) – PRERROGATIVA QUALIFICADA POR SEU CARÁTER DE METAINDIVIDUALIDADE – DIREITO DE TERCEIRA GERAÇÃO (OU DE NOVÍSSIMA DIMENSÃO) QUE CONSAGRA O POSTULADO DA SOLIDARIEDADE – PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DA FAUNA (CF, ART. 225, § 1º, VII) – DESCARACTERIZAÇÃO DA BRIGA DE GALO COMO MANIFESTAÇÃO CULTURAL – RECONHECIMENTO DA INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI ESTADUAL IMPUGNADA - ACÇÃO DIRETA PROCEDENTE. (ADI 1856, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 26/05/2011, DJ em 14/10/2011)

Importante salientar, no que se refere ao julgado em questão, o argumento utilizado pelos Ministros Cezar Peluso e Ricardo Lewandowski, no sentido de que a rinha de galo fere a dignidade do ser humano, por ser estímulo aos seus rompantes mais primitivos. Mencionado argumento se coaduna com a visão antropocêntrica de mundo, tão debatida ao longo desta monografia. Apenas a título exemplificativo, a partir desta visão o sujeito passivo do delito previsto no art. 32 da Lei n. 9.605/98 é o sentimento de piedade da comunidade em geral e não o animal não humano em sua individualidade e valor intrínseco.

4.4 Uso de animais no ensino e na pesquisa

Para Medeiros e Albuquerque (2015b, p. 66) ao contrário do uso de animais para fins de entretenimento, vestuário, alimentação⁹ e outras formas de diversão ou conveniência humanas “a vivisseccção [...] faz parte de um contexto em que muitas pessoas ainda pensam representar um conflito de emergência, que requer a escolha dos interesses humanos ao invés dos interesses dos animais”.

As autoras (2015b, p. 67) questionam se a partir da proteção conferida pelo art. 225, § 1º, inciso VII, da Constituição Federal de 1988, é possível sustentar o uso de animais não humanos no ensino e na pesquisa científica, sobretudo nas universidades.

A Carta Magna de 1988, conforme destacado no item 2.3, é um verdadeiro divisor de águas para o direito brasileiro, especialmente no que se refere ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cuja proteção é reconhecida como um direito e um dever fundamental na ordem jurídica constitucional vigente.

Os animais não humanos ainda são, em grande medida, considerados devido sua função ecológica e não como seres sensíveis, possuidores de valor intrínseco. No entanto, o texto constitucional propicia uma nova visão, invocada pelos defensores dos Direitos Animais nos tribunais brasileiros, objetivando modificar as relações entre animais humanos e não humanos, sendo que a discussão acerca da experimentação animal também está relacionada à interpretação conferida ao preceito constitucional em questão. (MEDEIROS; ALBUQUERQUE, 2015b, p. 69)

As autoras discorrem acerca de três decisões, capazes de delinear o entendimento adotado pelos magistrados singulares e tribunais na região sul do país, no que se refere ao uso de animais em ensino e pesquisa.

Em 2011 o Ministério Público do Estado do Paraná propôs Ação Civil Pública em face da Universidade Estadual de Maringá, devido a comprovação nos autos de Inquérito Civil,

⁹ Rafael Speck de Souza e Leticia Albuquerque (2016, p. 934-935), em análise de julgado proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, responsável por declarar a inconstitucionalidade da lei municipal que proibia a produção e a comercialização de *foie gras*, concluíram que a decisão, em contrariedade com a tendência legislativa moderna, reforça a noção dos animais não humanos como coisas, ao mencionar que o Município não teria competência para proibir a comercialização do *produto*. No entanto, possui competência concorrente para legislar sobre o meio ambiente, objetivando a proteção da fauna, já que a produção da “iguarria” é prática cruel vedada pela Constituição Federal de 1988 e deve ser abolida, na medida em que “se trata do fígado inflamado de um ganso ou pato gerado pela superalimentação dessas aves”, forçadas através de um tubo a ingerir um quilo de banha e milho, três vezes ao dia, durante três semanas e confinadas em espaço mínimo para não perder calorias. (SOUZA; ALBUQUERQUE, 2016, p. 930)

instaurado após denúncia da comunidade e abaixo assinado com mais de seis mil assinaturas, da prática de maus-tratos contra cães da raça *beagle* no biotério da instituição de ensino, mantidos em local sem higiene adequada e submetidos a altas doses de anestésicos. (MEDEIROS; ALBUQUERQUE, 2015b, p. 71-72)

O *parquet* requereu a abstenção do uso de animais em experimentos e procedimentos clínicos pelo Departamento de Odontologia da Universidade Estadual de Maringá, bem como a fixação de multa diária no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para o caso de descumprimento da obrigação de não-fazer. (MEDEIROS; ALBUQUERQUE, 2015b, p. 72)

O juiz de primeiro grau da 5ª Vara Cível de Maringá suspendeu a utilização de animais, com o fundamento de que a Lei n. 11.794/08 apenas possibilita a utilização de seres vivos em pesquisas e experimentos científicos quando inexisterem métodos alternativos. No caso concreto as pesquisas já estavam sendo realizadas em seres humanos, sendo desnecessário o sofrimento de animais não humanos com a prática. (MEDEIROS; ALBUQUERQUE, 2015b, p. 72)

A Universidade agravou alegando a ausência de maus-tratos aos animais, o cumprimento das exigências relativas às práticas de vivissecação, bem como a necessidade de utilização de cobaias, uma vez que determinados procedimentos não poderiam ser realizados em seres humanos.

Cabível destacar trecho da decisão proferida em sede de Agravo de Instrumento n. 862.610-8, no qual a instituição “[...] diz serem de alta relevância e imprescindíveis para a melhora da saúde universal” os experimentos suspensos, sendo este um argumento de autoridade frequentemente utilizado pelos cientistas para justificar as práticas vivisseccionistas e que se revela falacioso na prática, uma vez que os resultados dos testes feitos em outras espécies possuem grau de confiabilidade reduzido, conforme visto no subitem 2.4.1.

Em parecer a Procuradoria Geral de Justiça, destacando a comprovação das péssimas condições físicas e sanitárias do biotério mantido pela Universidade Estadual de Maringá, além do sofrimento ocasionado nas intervenções cirúrgicas e no pós-operatório, devido ao enclausuramento e à dor, manifestou-se pelo desprovimento do recurso “uma vez que cumpre ao Poder Judiciário impedir a perpetuação de práticas ilícitas na sociedade, como no caso das experiências que ensejam sofrimento aos animais”.

A decisão de primeiro grau foi mantida, havendo provimento jurisdicional posterior determinando a transferência dos cães do biotério da Universidade Estadual de Maringá para a Associação Anjos Animais. (MEDEIROS; ALBUQUERQUE, 2015b, p. 72-73)

No mesmo sentido, em 2013 o Instituto Abolicionista Animal propôs Ação Civil Pública em face da Universidade Federal de Santa Catarina sob o n. 5009684-86.2013.404.7200/SC, alegando violação do art. 225, § 1º, inciso VII, da Constituição Federal de 1988, art. 32, § 1º, da Lei de Crimes Ambientais e art. 5º, III, da Lei Arouca, na utilização de animais para pesquisa, prática esta considerada cruel. (MEDEIROS; ALBUQUERQUE, 2015b, p. 73)

Os argumentos da Universidade Federal de Santa Catarina, em sede de contestação, foram a violação da ordem e da saúde públicas, consubstanciadas no prejuízo aos acadêmicos e ao ensino caso deixasse de utilizar animais, bem como a redução do número de cobaias utilizadas, não pertencentes à fauna brasileira e criadas com esta finalidade.

A instituição alegou, ainda, a observância de procedimentos que visam o menor sofrimento do animal, a impossibilidade de reproduzir determinadas técnicas em manequins, ressaltando, nesse aspecto, a necessidade de gerenciamento do *stress* pelo futuro médico, bem como o alto custo para aquisição de métodos alternativos em um país com população tão pobre.

Cumprе ressaltar que o argumento da consideração metajurídica das prioridades foi devidamente afastado pelo Ministro Francisco Rezek nos autos do RE n. 153.531-8/SC, conforme analisado no item 4.2. Ainda no que se refere ao custo para a aquisição de métodos substitutivos, Medeiros e Albuquerque (2015, p. 74) destacam “o que parece não ter justificativa é o alto custo para manutenção de biotérios que sustentam práticas cruéis e degradantes tanto para os alunos quanto para os animais utilizados”.

O juiz de primeiro grau, Marcelo Krás Borges, deferiu o pedido liminar, determinando que a Universidade Federal de Santa Catarina se abstivesse de utilizar animais nas aulas práticas do curso de medicina, sob pena de multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por animal utilizado. Na fundamentação citou como precedente o julgado do Supremo Tribunal Federal que proibiu a prática de galismo e afastou a aplicação do princípio da reserva do possível, mencionado pela instituição de ensino, nos seguintes termos:

Assim sendo, a Universidade deverá providenciar meios alternativos, tais como bonecos, que deverão ser adquiridos para possibilitar a cirurgia experimental. O Princípio da Reserva do Possível somente pode ser aplicado quando existente um bem jurídico a ser preservado. No caso concreto, a Universidade está a economizar seus recursos para, em troca, dar tratamento cruel aos animais, utilizando-os em experiências científicas ou terapêuticas.

A Universidade interpôs Agravo de Instrumento, distribuído sob o n. 5012997-24.2013.404.0000/SC. Alegou a violação do princípio da autonomia universitária e o prejuízo ocasionado aos alunos com o deferimento da liminar. Afirmou, ainda, que o uso de animais em pesquisas ou experimentações no ensino, cujo principal objetivo é a preparação dos acadêmicos para futuras intervenções cirúrgicas, não pode ser comparado ao uso de animais em rinhas de galo e circos, cujo propósito é o lazer, argumentação afastada pela Desembargadora que deferiu parcialmente o pedido suspensivo, concedendo o prazo de noventa dias para a Universidade cumprir a ordem judicial e diminuindo o valor da multa para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por animal utilizado.

Ao proferir sentença o Magistrado concluiu que qualquer lei que autorize o uso de animais em práticas de vivissecção, sem considerar os métodos alternativos existentes e a substituição do uso de cobaias vivas por meios tecnológicos mais avançados, contraria frontalmente o disposto no art. 225, § 1º, inciso VII, da Constituição Federal. Afirmou, ainda, que “qualquer lei que estimule o uso científico de animais sem levar em consideração outros meios alternativos existentes entra em choque com a Constituição, não podendo ser aplicado pela Administração Pública, **por ser obviamente inconstitucional**” (*grifo nosso*).

Para o juiz da causa, não existe interesse público na manutenção de práticas cruéis contra os animais não humanos. “A preservação do meio ambiente constitui interesse público primário, enquanto a economia dos cofres públicos é um interesse público secundário”.

O dispositivo da sentença restou assim redigido:

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido da autora para determinar que a ré, responsável pelo departamento de Medicina, se abstenha de utilizar cães ou quaisquer outros animais em aulas didáticas, técnicas cirúrgicas ou procedimentos experimentais no referido departamento, concedendo o prazo de 90 dias para que a Universidade adquira os equipamentos necessários. Até o dia 02 de outubro de 2013 a Universidade poderá usar apenas ratos e com anestesia para o ensino da Medicina, devendo após tal data abolir por completo qualquer utilização de animais, sob pena de aplicação de multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada animal utilizado.

Irresignada, a Universidade interpôs apelação, alegando, preliminarmente, que o magistrado não indicou sobre qual dispositivo da Lei Arouca incidiria a inconstitucionalidade. No mérito, afirmou que a Lei n. 11.794/08 está em conformidade com a proteção constitucional dispensada aos animais não humanos, uma vez que exige fiscalização constante dos métodos empregados, instituindo o CONCEA e as CEUAS, salientou, ainda, que o curso de medicina cumpre todas as exigências legais no que se refere às práticas de vivissecção. Aduziu que a sentença recorrida fere o princípio da autonomia didático-científica das Universidades, bem

como ignora o princípio da reserva do possível. Requereu, alternativamente, a ampliação do prazo para cento e oitenta dias.

Em seu voto a Desembargadora Relatora Vivian Josete Pantaleão Caminha destacou a necessidade de harmonização dos interesses dos animais não humanos de não serem submetidos à tratamento cruel com o interesse dos animais humanos de manter sua saúde, através do incentivo ao desenvolvimento da ciência, ponderação devidamente realizada pela Lei n. 11.794/08. Afirmou, ainda, que a utilização de animais “[...] é necessária à obtenção de habilidades, pelos futuros médicos, indispensáveis para o exercício da missão de curar outros humanos”.

A decisão de primeiro grau foi revertida, por unanimidade, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em acórdão assim ementado:

ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FACULDADE DE MEDICINA DA UFSC. VIVISSECÇÃO.

1. Sustenta o Instituto Abolicionista Animal que a UFSC, em sua faculdade de medicina, impõe sofrimento aos animais, devendo ser obrigada, pelo Poder Judiciário, a substituir os métodos de vivissecção por outros menos cruéis, como o emprego de simuladores mecânicos, já disponíveis no mercado e que não teriam preços extravagantes.

2. Todavia, não há como impor que a UFSC substitua o critério empregado até o momento – ao que consta necessário para que futuros médicos possam adquirir habilidade cirúrgica –, por simuladores ou outros métodos. Até o momento, deve prevalecer a presunção de que a UFSC está respeitando a disposições da Lei 11.794/2008, que criou o CONCEA (Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal, responsável por monitorar e avaliar a introdução de técnicas alternativas que substituam a utilização de animais em ensino e pesquisa) e estabelece, em seu artigo 14, que ‘o animal só poderá ser submetido às intervenções recomendadas nos protocolos dos experimentos que constituem a pesquisa ou programa de aprendizado quando, antes, durante e após o experimento, receber cuidados especiais, conforme estabelecido pelo CONCEA’. (TRF da 4ª Região, AC nº 5009684-86.2013.404.7200, 4ª Turma, Rel. Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha, sessão de julgamento em 08/05/2015)

Contra o acórdão foi interposto Recurso Extraordinário, inadmitido na origem. A parte autora ingressou com agravo, objetivando destrancar o recurso, porém igualmente inadmitido.

Também em 2013 o Movimento Gaúcho de Defesa Animal ajuizou Ação Civil Pública sob o n. 5004455-51.2013.404.7102/RS em face da Universidade Federal de Santa Maria, com o objetivo de obstar a utilização de animais vivos em aulas práticas. Para a associação de defesa dos animais o uso de animais saudáveis como recurso pedagógico configura maus-tratos, de forma que as práticas de vivissecção podem ser substituídas por outros recursos tais como vídeos, simuladores, acompanhamento clínico em pacientes reais e investigações em cadáveres. A Universidade, por sua vez, informou estar substituindo o uso de cobaias por métodos mais modernos, desenvolvendo práticas de vivissecção apenas em casos essenciais.

Foi deferida a antecipação de tutela para que a Universidade se abstinhasse de utilizar animais saudáveis para fins didáticos e experimentais, devendo providenciar métodos substitutivos para tanto. Em sede de Embargos de Declaração a magistrada esclareceu estarem vedadas apenas as práticas consideradas cruéis, “não se inserindo nestas condições o manejo adequado, as avaliações clínicas e o tratamento terapêutico necessário ou recomendado ao bem estar animal”.

A instituição de ensino ingressou com pedido de suspensão da liminar, distribuída sob o n. 5019048-51.2013.404.0000/RS. Alegou a violação do art. 225, § 1º, inciso VII, regulamentado pela Lei n. 11.794/08, bem como os prejuízos ocasionados com a paralização das pesquisas e experimentos, tanto econômicos, atingindo o montante de R\$ 20.758.417,44 (vinte milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e dezessete reais e quarenta e quatro centavos), quanto à saúde pública.

A suspensão foi deferida pelo Desembargador Tadaaqui Hirose, o fundamento da decisão foi a regulamentação do inciso constitucional que proíbe a crueldade contra os animais pela Lei n. 11.794/08, que, por sua vez, estabelece uma série de procedimentos que viabilizam a prática de vivissecção, nos seguintes termos “com efeito, embora veja como necessária a adoção de métodos substitutivos pelo meio científico certo é que a utilização de animais em atividades de ensino e pesquisa está devidamente regulada por lei”. Ressaltou, ainda, a possibilidade de prejuízos científicos com a medida antecipatória, bem como o vultuoso montante envolvido nos projetos.

Para Medeiros e Albuquerque (2015b, p. 78) “a decisão só se preocupou com os possíveis (alegados) prejuízos científicos, sem considerar, em nenhum momento, os prejuízos causados aos animais não humanos expostos aos experimentos”.

Ao proferir sentença, a Magistrada julgou improcedente o pedido, em razão de inexistirem elementos nos autos que comprovassem a prática de tratamento cruel contra os animais, ressaltando que a instituição de ensino atendia aos protocolos exigidos para as práticas de vivissecção. Cumpre destacar trecho da decisão:

Com efeito, a preocupação ambiental certamente constitui requisito ínsito à formação acadêmica de todo e qualquer profissional, repercutindo, inclusive, no respectivo exercício de cidadania. Nesse inafastável prisma, a observância contínua ao valor ético e à preservação do meio ambiente sempre deve pautar a conduta da Universidade na sua finalidade acadêmica, administrativa e comunitária. Todavia, no caso específico em análise, cumpre frisar, não restou demonstrado que a UFSM esteja, de alguma forma, permitindo que se utilizem procedimentos dolorosos ou de mutilação gratuita, a não ser naquilo que se apresenta estritamente necessário à adequada formação profissional da comunidade acadêmica.

Cabível ressaltar, ainda, que a Ação Civil Pública movida contra a Universidade Federal de Santa Catarina, autos n. 5009684-86.2013.404.7200/SC, foi citada como precedente jurisprudencial, assim como a Ação Civil Pública proposta em face da Universidade Federal do Paraná, autos n. 5000773-69.2014.404.7000/PR, conforme ementa:

DIREITO ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. VIVISSECÇÃO. DEPARTAMENTO DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. 1. Todos os seres que são capazes de sentir dor e sofrer devem ter seus interesses considerados e defendidos pelos animais humanos, isto é, nós. Os animais não humanos sencientes possuem, em face do Estado e do particular, direito a não serem submetidos a qualquer forma de experimentação científica ou didática (vivi-seção). De outra banda, tendo em vista a liberdade de investigação científica e o direito fundamental à saúde e à melhoria da qualidade de vida, admitem-se alguns experimentos científicos com animais não humanos sencientes, garantindo que não sejam submetidos a sofrimento e observadas todas as boas práticas de manejo próprias de cada espécie. 2. Assim, há que ser feita a ponderação, de forma a não comprometer a saúde humana, caso fossem vedados experimentos com organismos vivos, pois tal técnica é necessária à obtenção de habilidades, pelos futuros médicos, indispensáveis para o exercício da missão de curar outros humanos. Aliás, muito provavelmente a ciência e a medicina não teriam sido desenvolvidas ao ponto que estão hoje, se não fossem utilizados organismos vivos para certas práticas do ensino nas faculdades, que demandam acompanhamento de realidades que somente podem ser verificadas com organismos vivos. 3. A utilização de animais em atividades de ensino e pesquisa está devidamente regulamentada pela Lei nº 11.794/2008 (Lei Arouca), que estabelece os critérios éticos a serem observados nos procedimentos didáticos científicos com animais vivos, bem como determina que qualquer instituição legalmente estabelecida, no Brasil, que utilize animais para ensino e/ou pesquisa deve ser credenciada junto ao Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA. 4. Estando as práticas da Universidade de acordo com a legislação, é de se desprover o recurso de apelação. (TRF da 4ª Região, AC nº 5000773-69.2014.4.04.7000, 3ª Turma, Rel. Desembargadora Federal Marga Inge Barth Tessler, sessão de julgamento em 05/08/2015)

As Ações Cíveis Públicas analisadas demonstram o inconformismo de setores da sociedade com as práticas de vivi-seção no ensino, consideradas desnecessárias por diversos membros da comunidade acadêmica. No entanto, a ciência tradicional insiste na perpetuação deste modelo de exploração dos animais não humanos, reproduzindo argumentos de autoridade amplamente questionados nos dias atuais.

No que se refere ao posicionamento da jurisprudência acerca do uso de animais no ensino e na pesquisa, cumpre destacar que embora em todos os casos analisados tenham sido concedidas medidas antecipatórias visando a suspensão das práticas vivi-seccionistas no âmbito das universidades, os tribunais demonstram uma postura mais conservadora, não raro determinando a suspensão dos efeitos da antecipação de tutela.

Lamentavelmente, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu nos casos submetidos à sua análise, que o art. 225, § 1º, inciso VII foi regulamentado pela Lei n.

11.794/08, permissiva da experimentação animal. Sendo assim, desde que atendidos os requisitos e observados os procedimentos exigidos pela Lei Arouca, não há crueldade.

No entanto, a utilização de animais vivos em laboratórios é prática evidentemente cruel, na medida em que desconsidera qualquer valor intrínseco ao ser submetido à atos invasivos de sua integridade física e psicológica. A dor do ser vivo submetido à experimentos muitas vezes não cessa instantaneamente, sendo perpetuada em todo o período de acompanhamento dos resultados, isto quanto não são reutilizados pelos cientistas ou pesquisadores.

A consideração técnica e livre de quaisquer valores, além de estar longe do alcance da ciência, é arbitrária e retrograda. Assim como amplamente exposto ao longo deste escrito, a construção de sentido da norma esculpida no art. 225, § 1º, inciso VII depende diretamente da sensibilidade dos juristas e da comunidade acadêmica. Infelizmente no que se refere à experimentação animal, o caminho a ser trilhado parece um pouco mais longo.

5 CONCLUSÃO

A partir do estudo desenvolvido é possível concluir que a legislação pátria acerca do *status* jurídico conferido aos animais não humanos é contraditória, uma vez que orientada por diferentes paradigmas éticos. Por vezes, em um mesmo dispositivo é possível verificar duas ou mais orientações, a exemplo do art. 225 da Constituição Federal de 1988, considerado, a um só tempo, antropocêntrico, biocêntrico e até mesmo ecocêntrico.

O paradigma antropocêntrico, responsável pela reprodução do *status quo* vigente e do modelo tradicional de ciência, é um obstáculo ao reconhecimento efetivo dos Direitos Animais, cujo fundamento por excelência é a desconstrução do homem como centro único e absoluto do ordenamento.

O direito, enquanto limite externo das paixões e vontades, surgiu com a finalidade de propiciar o convívio harmonioso em sociedade, devendo acompanhar sua evolução. Sendo assim, cumpre ao direito regulamentar novas situações, bens e posições jurídicas, a exemplo da ampliação do círculo de consideração moral e consequente atribuição de direitos aos animais não humanos.

Não há justificativa moral ou ética defensável para ignorar que os animais não humanos, enquanto seres sencientes, estão igualmente sujeitos às experiências de dor e prazer, possuindo ao menos um interesse mínimo: o de não sofrer.

Referido interesse foi positivado pelo direito brasileiro na Carta Magna de 1988, mais especificamente no art. 225, § 1º, inciso VII, que reconheceu a existência de valor intrínseco aos animais não humanos, destinatários diretos de direitos, decorrentes da vedação constitucional ao tratamento cruel. Sendo assim, não é possível conferir o *status* jurídico de coisas a estes seres sem ferir o comando constitucional, uma vez que apenas sujeitos de direitos possuem a aptidão genérica de contrair direitos e deveres na ordem jurídica brasileira.

O analisado Projeto de Lei n. 351/2015 que visa emendar o Código Civil de 2002 não altera, de maneira clara e em termos práticos, o tratamento dispensado aos animais não humanos, uma vez que não soluciona os questionamentos levantados pela comunidade jurídica, especialmente no que se refere à condição jurídica destes seres como sujeitos de direitos.

Com a emenda os animais não humanos, apesar de não serem considerados coisas, serão submetidos ao mesmo tratamento jurídico dispensado aos bens móveis, isto é, continuarão inaptos à titularizar relações jurídicas, visando a proteção de seus direitos individuais e, consequentemente, excluídos do acesso ao judiciário.

Atualmente o reconhecimento dos animais não humanos como sujeitos de direitos, apesar de encontrar respaldo em algumas decisões judiciais, depende do bom senso e da sensibilidade de cada intérprete da norma constitucional. Sendo assim, o projeto, caso aprovado, apesar de demonstrar a lacuna existente no tratamento dispensado a estes seres e caracterizar certo avanço, capaz de iniciar uma mudança no paradigma vigente, não parece ser a opção mais adequada.

A Constituição Federal de 1988, enquanto norma fundamental e diretriz interpretativa das demais normas infraconstitucionais, reconhece no art. 225, § 1º, inciso VII, a dignidade dos animais não humanos, que devem ser protegidos em função de seu valor intrínseco e individualidade. Ora, se os animais não configuram simples meio para a consecução dos fins humanos e, nesse sentido, não são coisas, só podem ser sujeitos de direitos.

Francione destaca que o *status* dos animais não humanos como propriedade impede qualquer reconhecimento significativo de seus interesses, afinal, os interesses da propriedade sempre estarão subordinados aos interesses do proprietário. Dessa forma, a legislação bem-estarista, embora, em tese, proíba o sofrimento desnecessário não protege significativamente os animais não humanos, apenas potencializa sua exploração. Exemplo é a Lei Arouca, que sob uma fachada protecionista, reproduz o modelo tradicional de ciência e consequentemente a crueldade dispensada à seres dotados de sensibilidade.

Ao refletir sobre o *status* moral e jurídico dos animais não humanos no ordenamento jurídico brasileiro é perceptível o esforço hermenêutico dos autores e estudiosos para desconstruir velhos preconceitos. Em certa passagem de seus escritos, Santana alerta que um dos maiores desafios dos Direitos Animais consiste em definir quais animais podem ser considerados sujeitos de direitos, sob pena de ridicularização da teoria.

O antropocentrismo ainda está muito presente na relação entre animais humanos e não humanos. Apesar do disposto no art. 225, § 1º, inciso VII, da Constituição Federal de 1988 a resistência para conferir direitos aos animais persiste. Os operadores do direito sentem notável desconforto ao lidar com áreas que exigem conhecimento interdisciplinar, reflexo de uma educação tecnicista e instrumental.

Para que o princípio da dignidade da vida ou para que os animais não humanos sejam reconhecidos pelo legislativo como entes jurídicos despersonalizados e, portanto, aptos a figurarem relações jurídicas processuais através dos institutos da substituição e da representação, faz-se necessária uma mudança de mentalidade. É preciso reconhecer que os

animais não humanos possuem valor intrínseco, o que demanda a abolição de diversas práticas sociais reproduzidas ao longo do tempo.

Conferir o *status* de sujeitos de direitos aos animais não humanos, nesse sentido, não depende somente de uma alteração legislativa, mas sim de uma tomada de consciência, no sentido de renunciar interesses superficiais em nome de interesses relevantes. A norma jurídica já existe, assim como interpretações doutrinárias e jurisprudenciais favoráveis ao movimento animal, no entanto, ainda tímidas, devido à ausência de uma educação verdadeiramente ambiental, apta a questionar as bases da relação homem-natureza.

Restam, portanto, apenas duas opções quanto ao *status* conferido aos animais não humanos: continuar a protegê-los apenas em função de sua utilidade aos interesses humanos ou reconhecer, de forma clara e inequívoca, que são seres dotados de sensibilidade, dignidade e valor intrínseco, sendo sujeitos de direitos e não coisas ou bens.

Atualmente tramita no Supremo Tribunal Federal a Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4983, ajuizada pelo Procurador-Geral da República contra a Lei n. 15.299/2013, do Estado do Ceará, responsável por regulamentar a vaquejada como prática desportiva e cruel.

O julgamento encontra-se suspenso em razão do pedido de vista do Ministro Dias Toffoli. Até o presente momento quatro ministros votaram pela procedência, quais sejam Marco Aurélio, Roberto Barroso, Rosa Weber e Celso de Mello, e quatro pela improcedência, Edson Fachin, Gilmar Mendes, Teori Zavaski e Luiz Fux.

Preocupado com o andamento da ação, o Instituto Planeta Verde subscreveu moção contrária à vaquejada, ressaltando que referida prática perdeu o caráter de manifestação cultural, sendo entretenimento com finalidade econômica, voltada à manutenção da indústria da crueldade.

Cumprе ressaltar que, no caso concreto, não cabe ponderação de direitos, uma vez que o art. 225, § 1º, inciso VII, consiste em regra estrita, que veda qualquer tipo de tratamento cruel aos animais não humanos, sendo caso de incidência da teoria dos limites dos direitos fundamentais. Sendo assim, somente é legítima e legal a manifestação cultural que não implique em crueldade.

A declaração de constitucionalidade da lei questionada seria verdadeiro retrocesso, dissonante da jurisprudência consolidada pelo Supremo Tribunal Federal nos casos da farra do boi e da rinha de galo, estudados nesta monografia. Ao julgar nesse sentido os Ministros

estariam revestindo de constitucionalidade uma prática criminosa e, portanto, negando vigência ao art. 32 da Lei n. 9.605/98.

O que se espera do futuro é o reconhecimento dos animais não humanos como fins em si mesmos, isto é, como sujeitos de direitos na ordem jurídica brasileira, para que isto ocorra é de fundamental importância que os operadores do direito realizem uma interpretação não antropocêntrica do art. 225, § 1º, inciso VII, responsável por positivizar uma regra estrita contra a crueldade. Nesse sentido, a procedência da ADI da vaquejada é medida que se impõe.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Letícia. *Justiça ecológica, ética e direito animais: o enfoque das capacidades*. In: Congresso Brasileiro de Direito Ambiental. 21., 2016, São Paulo. Anais eletrônicos (versão provisória)... 2016, v. I, p. 157-162. Disponível em: <http://www.planetaverde.org/arquivos/biblioteca/arquivo_20160601184455_8046.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2016.

BAHIA, Carolina Medeiros. *O caso da farra do boi no Estado de Santa Catarina: colisão de direitos fundamentais*. In: MOLINARO, Carlos Alberto; MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago (Org.). *A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária*. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2008, p. 395-427.

BENJAMIN, Antonio Herman. *O princípio da proibição de retrocesso ambiental*. In: O princípio da proibição de retrocesso ambiental. Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Senado Federal, Brasília. Disponível em: <<http://www.mpma.mp.br/arquivos/CAUMA/Proibicao%20de%20Retrocesso.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm> Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm> Acesso em: 19 jun. 2016

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm> Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm> Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. *Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm> Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. *Decreto n. 24.645, de 10 de julho de 1934*. Estabelece medidas de proteção aos animais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24645.htm> Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. *Decreto-Lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941*. Lei de Contravenções Penais. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3688.htm> Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. *Lei n. 3.071, de 1 de janeiro de 1916*. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3071.htm> Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. *Lei n. 4.604, de 30 de novembro de 1964*. Dispõe sobre o estatuto da terra, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4504.htm> Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. *Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965*. Institui o novo Código Florestal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm> Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. *Decreto-Lei n. 221, de 28 de fevereiro de 1967*. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0221.htm> Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. *Decreto-Lei n. 227, de 28 de fevereiro de 1967*. Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0227.htm> Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. *Lei n. 5.197, de 3 de janeiro de 1967*. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5197.htm> Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. *Lei n. 6.638, de 8 de maio de 1979*. Estabelece normas para a prática didático-científica da vivissecção de animais e determina outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6638.htm> Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. *Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm> Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. *Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985*. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7347Compilada.htm> Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. *Lei 9.608, de 12 de fevereiro de 1998*. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivada de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm> Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. *Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm> Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. *Lei n. 11.794, de 8 de outubro de 2008*. Regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11794.htm> Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2514/SC*. Relator Ministro Eros Grau. Brasília, DF, julgado em 29 de junho de 2005, publicado no Diário da Justiça em 09 de dezembro de 2005. Disponível em

<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266833>>. Acesso em 02 jun. 2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3776/RN*. Relator Ministro Cezar Peluso. Brasília, DF, julgado em 14 de junho de 2007, publicado no Diário da Justiça em 20 de junho de 2007. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=469712>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 1856/RJ*. Relator Ministro Celso de Mello, Brasília, DF, julgado em 25 de maio de 2011, publicado no Diário da Justiça em 14 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628634>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Recurso de Habeas Corpus n. 50.343/RJ*. Relator Ministro Djaci Falcão. Brasília, DF, julgado em 03 de janeiro de 1972, publicado no Diário da Justiça em 10 de novembro de 1972. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=94027>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário n. 153.531/SC*. Relator Ministro Francisco Rezek. Relator para acórdão Ministro Marco Aurélio. Brasília, DF, julgado em 03 de junho de 1997, publicado no Diário da Justiça em 13 de março de 1998. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=211500>> Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Paraná. *Agravo de Instrumento n° 862610-8*. Relatora Desembargadora Maria Aparecida Blanco de Lima. Paraná, PR, julgado em 03 de julho de 2012, publicado em 10 de julho de 2012. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/11303579/Acórdão-862610-8#>> Acesso em: 11 jun. 2016.

_____. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. *Apelação Cível n° 5000773-69.2014.404.7000*. Relatora Desembargadora Federal Marga Inge Barth Tessler, julgamento em 05 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&txtValor=5000773-69.2014.4.04.7000&selOrigem=TRF&chkMostrarBaixados=&selForma=NU&txtDataFase=01/01/1970&hdnRefId=671cfdb3995633eb20fa220d9defe9a1&txtPalavraGerada=jbpn> Acesso em: 11 jun. 2016.

_____. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. *Apelação Cível n° 5009684-86.2013.404.7200*. Relatora Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão, julgamento em 08 de maio de 2015. Disponível em: <http://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&txtValor=50096848620134047200&selOrigem=TRF&chkMostrarBaixados=&todasfases=S&selForma=NU&todaspartes=&hdnRefId=4b47627f95409a404616147782ede291&txtPalavraGerada=uncq&txtChave=>> Acesso em: 11 jun. 2016.

BRASÍLIA. Senado Federal. *Projeto de Lei n. 351, de 2015*. Acrescenta parágrafo único ao art.82, e inciso IV ao art. 83 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para que determinar que os animais não serão considerados coisas. Disponível em:

<<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121697>> Acesso em: 19 jun. 2016.

BRÜGGER, Paula. *A farra do boi é uma vaca sagrada?* Uma reflexão iniciada na UFSC. 2009. Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/09/03/2009/a-farra-do-boi-e-uma-vaca-sagrada-uma-reflexao-iniciada-na-ufsc>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

_____. *Antropólogos, antropófagos e antropocentrismo*. 2009. Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/08/03/2009/antropologos-antropofagos-e-antropocentrismo>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

_____. *Educação ou adestramento ambiental?* 1. ed. Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

_____. *Vivisseção: fé cega, faca amolada?* In: MOLINARO, Carlos Alberto; MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago (Org.). *A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária*. Belo Horizonte: Fórum, 2008, p. 145-174.

CARVALHO, Gabriela Franziska Schoch Santos. *A tutela jurídica dos animais: evolução histórica e conceitos contemporâneos*. In: Congresso Brasileiro de Direito Ambiental, 21., 2016, São Paulo. Anais eletrônicos (versão provisória)... 2016, v. II, p. 719-732. Disponível em: <http://www.planetaverde.org/arquivos/biblioteca/arquivo_20160601184616_469.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2016.

DIAS, Edna Cardozo. *Tutela Jurídica dos Animais*. 2000. 150 p. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

FELIPE, Sônia T. *Ética e experimentação animal: fundamentos abolicionistas*. 2. ed. rev. Florianópolis: EDUFUSC, 2014.

_____. *Por uma questão de princípios: alcance e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais*. 1. ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003.

FERREIRA, Ana Conceição Barbuda Sanches Guimarães. *A proteção aos animais e o direito: o status jurídico dos animais como sujeitos de direitos*. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2014.

FRANCIONE, Gary L. *Introdução aos direitos animais: seu filho ou seu cachorro?* 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

HABEAS Corpus da Chimpanzé “Suíça”. In: MOLINARO, Carlos Albert; MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago (Org.). *A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária*. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2008, p. 493-524.

HABEAS Corpus nº 833085-3/2005: Impetrantes: Drs. Heron José de Santana e Luciano Rocha Santana: Promotores de Justiça do meio ambiente e outros; Paciente: Chimpanzé “Suíça”. In: MOLINARO, Carlos Alberto; MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago (Org.). *A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária*. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2008, p. 525-531.

LEITE, José Rubens Morato (Coord.). *Manual de Direito Ambiental*. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. Carta do Instituto Direito por um Planeta Verde aos Ministros do Supremo Tribunal Federal sobre a ADI da vaquejada. 2016. Disponível em:
<http://www.planetaverde.org/arquivos/biblioteca/arquivo_20160610184604_1665.pdf>
Acesso em: 11 jun. 2016

LEVAI, Laerte Fernando. *Direito dos animais: o direito deles e o nosso direito sobre eles*. 1. ed. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 1998.

LEVAI, Laerte Fernando; DARÓ, Vânia Rall. *Experimentação animal: histórico, implicações éticas e caracterização como crime ambiental*. In: TRÉZ, Thales (Org.). *Instrumento animal: o uso prejudicial de animais no ensino superior*. 1. ed. Bauru, SP: Canal 6, 2008. p. 43-64.

MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. *Direito dos animais*. 1. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; ALBUQUERQUE, Leticia. *Constituição e animais não humanos: um impacto no Direito Contemporâneo*. In: CONPEDI/UNINOVE, 22., 2013, São Paulo. *Sociedade Global e seus impactos sobre o estudo e a afetividade do Direito na contemporaneidade*. Anais... Florianópolis: FUNJAB, 2013, v. II, p. 134-158.

_____. *Experimentação animal: um combate jurídico nas universidades brasileiras*. In: R. Inter. Interdisc. *INTERthesis*. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 65-83, jan/jun. 2015b. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2015v12n1p65/29653>> Acesso em: 02 jun. 2016.

_____. *Lei Arouca: legítima proteção ou falácia que legitima a exploração?* In: CONPEDI/UFSC, 23., 2012, Florianópolis. *(Re)pensando o Direito: desafios para a construção de novos paradigmas*. Anais... Florianópolis: CONPEDI, 2014, v. II, p. 310-339.

_____. *Rinha de galo: uma expressão de cultura, uma atividade esportiva ou uma ofensa à constituição?* In: CONPEDI/UFS, 24., 2015, Aracaju. *Direito, Constituição e Cidadania: contribuições para os objetivos de desenvolvimento do milênio*. Anais eletrônicos... 2015a, p. 510-538. Disponível em:
<<http://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/sq7g06eb/EokiWqd5EpAu92Aa.pdf>>
Acesso em: 01 jun. 2016.

MEZZAROBÀ, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. *Manual de metodologia da pesquisa no direito*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

NUSSBAUM, Martha C. *Para além da compaixão e humanidade: justiça para os animais não humanos*. In: MOLINARO, Carlos Albert; MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago (Org.). *A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária*. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2008, p. 85-126.

REGAN, Tom. *Jaulas vazias: encarando o desafio dos direitos animais*. 1. ed. Porto Alegre: Lugano, 2006.

SANTANA, Heron José de. *Abolicionismo Animal*. 2006. 210 p. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. *Algumas notas sobre a dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana e sobre a dignidade da vida em geral*. In: MOLINARO, Carlos Albert; MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago (Org.). *A dignidade da vida e os direitos fundamentais*

para além dos humanos: uma discussão necessária. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2008, p. 175-205.

SILVA, José Afonso da. *Direito ambiental constitucional*. 7. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2009.

SILVA, Tagore Trajano de Almeida. Capacidade de ser parte dos animais não-humanos: repensando os institutos da substituição e representação processual. In: *Revista Brasileira de Direito Animal*. Salvador, v. 4, n. 5, jan/dez. 2009b, p. 323-352. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/10637>> Acesso em: 4 abr. 2016.

_____. *Fundamentos do direito animal constitucional*. In: CONPEDI/FMU, 18., 2009, São Paulo. Estado, Globalização e Soberania: o direito do século XXI. Anais eletrônicos... São Paulo, 2009a, p. 11126-11161. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009a. Disponível em: <[https://s3.amazonaws.com/conpedi2/anteriores/XVIII+Congresso+Nacional+-+FMU-S%C3%A3o+Paulo+\(04%2C+05%2C+06+e+07+de+novembro+de+2009\).pdf](https://s3.amazonaws.com/conpedi2/anteriores/XVIII+Congresso+Nacional+-+FMU-S%C3%A3o+Paulo+(04%2C+05%2C+06+e+07+de+novembro+de+2009).pdf)> Acesso em: 12 abr. 2016.

SILVEIRA, Paula Galbiatti; BARROS, Marina Dorileo. A proteção jurídica dos animais não-humanos na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. In: *Revista Brasileira de Direito Animal*. Salvador, v. 10, n. 18, p. 113-135, jan/abr. 2015. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/13218>> Acesso em: 31 mai. 2016.

SINGER, Peter. *Ética prática*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Libertação animal*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. *Vida ética: os melhores ensaios do mais polêmico filósofo da atualidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

SOUZA, Rafael Speck de; ALBUQUERQUE, Letícia. *Direitos Animais e o caso foie gras no âmbito do município de São Paulo: análise do julgado do TJSP*. In: Congresso Brasileiro de Direito Ambiental. 21., 2016, São Paulo. Anais eletrônicos (versão provisória)... 2016, v. II, p. 923-935. Disponível em: <http://www.planetaverde.org/arquivos/biblioteca/arquivo_20160601184616_469.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. Sobre o olhar antropocêntrico: o ser humano e o jardim zoológico. In: *R. Inter. Interdisc. INTERthesis*. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 117-129, jan/jun. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2015v12n1p117/29655>> Acesso em: 19 jun. 2016.

TINOCO, Isis Alexandra Pincella. *Lei Arouca: avanço ou retrocesso?* Disponível em: <<http://www.abolicionismoanimal.org.br/artigos/leiaroucaavanoouretrocesso.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

TRÉZ, Thales (Org.). *Instrumento animal: o uso prejudicial de animais no ensino superior*. 1. ed. Bauru, SP: Canal 6, 2008.